



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 105ª  
(CENTÉSIMA QUINTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Solicito aos Parlamentares presentes na Casa, nos gabinetes e comissões, que se dirijam ao plenário para iniciarmos os trabalhos ordinários.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 211 – Suplemento, de 20/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 105ª Sessão Ordinária.)

Leitura das atas das sessões anteriores.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	2

atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações as seguintes:

- Ata da 102ª Sessão Ordinária;
- Ata da 103ª Sessão Ordinária;
- Ata da 43ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 104ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Convoco os Srs. Parlamentares a virem ao plenário para participarem da presente sessão ordinária.

Estão presentes os Deputados Milton Barbosa, Eurides Brito, Reguffe, Rogério Ulysses, Wilson Lima e eu, que presido a sessão. Portanto, há *quorum* para iniciarmos as discussões.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Dá-se início ao  
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste plenário vazio da tarde de hoje, venho a esta tribuna para devolver a candidatura ao Governo do Distrito Federal à Executiva do meu partido.

Existem pessoas no meu partido que querem apoiar a reeleição do atual Governador, José Roberto Arruda; outras querem apoiar o Partido dos Trabalhadores. Eu faço esse gesto no sentido de deixar o partido à vontade. Que as pessoas fiquem à vontade, que escolham o caminho que acharem que devam escolher.

Quero dizer, Sr. Presidente, que defendo a candidatura própria do partido, tanto em nível local como em nível federal. Eu penso que o partido não deve se apequenar, não deve ser um partido de segunda linha, ser força auxiliar, porque, se for para ser força auxiliar, é melhor eu ir para a força principal. O que eu vou fazer na força auxiliar? Não, eu vou para a força principal! O partido precisa tomar uma definição. Eu defendo a candidatura própria. Se não for eu o candidato – porque sou uma pessoa muito nova para ser candidato –, arrumem outro, coloquem outro. Mas não dá! Na minha opinião, pelo menos é a minha concepção, o partido deveria ter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	3

candidatura própria.

Aliás, o princípio de dois turnos, que está hoje na Constituição Federal deste País, tem a sua orientação baseada nisto: os partidos lançam as suas candidaturas no primeiro turno e no segundo turno fazem as suas coligações; os partidos defendem os seus programas partidários no primeiro turno e no segundo turno se unem ao melhor ou ao menos pior. Quando o partido abre mão de ter candidato, ele abre mão de defender o seu programa partidário. Isso não me parece correto, senão não precisa ser partido, deveria haver uma fusão de partidos. Então, Sr. Presidente, eu defendo isso.

E quero dizer mais: não tenho vontade de ser candidato a deputado federal nem a deputado distrital. Quero disputar a eleição majoritária e participar do grande debate a ser feito nesta cidade sobre o futuro dela. Eu quero discutir não um projeto de poder, eu quero discutir um projeto de cidade, qual é o futuro da cidade que queremos. É isso o que eu quero fazer, mesmo com as minhas imperfeições, porque não sou perfeito, nenhum ser humano o é. O ser humano é imperfeito na sua essência, mas as pessoas de bem têm que ter consciência das suas responsabilidades. Quero oferecer à população do Distrito Federal uma nova alternativa, uma nova proposta, diferente desse fisiologismo que norteia a política hoje, desse "toma lá, da cá". Isso, na minha opinião, apequena a política. A política é algo muito maior do que uma ocupação de "carguinhos", do que uma negociação. Política não é uma questão de negociação, política é uma questão de debate de ideias.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, na verdade, eu queria prestar solidariedade ao seu ato. Eu sempre digo que tenho muito orgulho em ter sido eleito na mesma legislatura que V.Exa., que o Deputado Cabo Patrício, enfim, de fazer parte dessa renovação que houve na política do Distrito Federal nas últimas eleições.

Eu tenho acompanhado de perto o trabalho de V.Exa. aqui na Câmara Legislativa e sei do seu empenho em fazer valer uma política decente nesta cidade. Eu espero que o PDT encontre um caminho que mantenha a candidatura de V.Exa. ao governo, porque eu tenho questionado, inclusive, que em 2010 nós não poderemos ter uma eleição em que vamos estar olhando para o retrovisor, em que vamos estar apenas analisando as biografias de nomes já conhecidos no Distrito Federal e discutindo a partir do passado, não pensando no futuro. Eu acho que a candidatura de V.Exa. sinalizava para uma proposta de futuro.

Entendo o gesto que V.Exa. está tomando, talvez por perceber que o partido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	4

está dividido neste momento, mas não se sinta apequenado. V.Exa. é um ícone na política do Distrito Federal, é um político jovem, terá uma carreira política, sem dúvida nenhuma, brilhante, continuando convicto e autêntico na defesa do que acredita.

Eu só espero que o PDT, que o PSB, que esses partidos medianos, dos quais fazemos parte, possam se encontrar e que, na próxima eleição, possamos encontrar uma alternativa de fazer a diferença no Distrito Federal.

Quero dizer também que espero que V.Exa., ainda que não seja candidato a Governador, mas que concorra aos cargos de senador, deputado federal ou até mesmo de deputado distrital, se assim o quiser. Quero lhe dizer que tenho orgulho de fazer política e conviver com V.Exa. Desejo-lhe sorte e espero que o PDT entenda o recado que V.Exa. está dando hoje.

DEPUTADO REGUFFE – Deputado Rogério Ulysses, primeiro, quero agradecer as palavras de V.Exa., que é, sem dúvida, um dos políticos mais promissores que surgiu neste quadriênio, nesta legislatura desta Casa. Penso que V.Exa. tem muito a dar ao Distrito Federal.

Quero dizer também que não sou eu que vou me apequenar ou que estou me apequenando. É o meu partido que não pode se apequenar e, por isso, eu defendo a candidatura própria. Eu penso que o partido tem que ter a maturidade e a responsabilidade de reconhecer as coisas boas que um governo faz. Mas tem que, também, ter a ousadia e a coragem de apresentar uma proposta diferente para a sociedade, um novo modelo de administração pública. Hoje, o Estado gasta muito com as atividades-meio e pouco com as atividades-fim. Há um inchaço de cargos comissionados. Está na hora de se inverter isso e o Estado passar a gastar mais com as atividades-fim, que é devolver serviços públicos de qualidade nas áreas de Educação, Saúde e Segurança. É para isso que serve o Governo.

Então, eu gostaria que o meu partido, Deputado Rogério Ulysses, tivesse essa ousadia, tivesse essa coragem de lançar uma candidatura. Se as pessoas acham que vão perder, podemos fazer, pelo menos, um debate de ideias. Política não pode ser apenas uma questão de salário ou de se ocupar cargo durante quatro anos. Fazer política tem que ser propor algo novo, ter a coragem e a ousadia de propor algo novo. Não existe perfeição, porque ninguém é perfeito. Mas é importante que haja coragem para querer algo diferente, para propor algo novo. A pergunta que eu faço é: as pessoas estão satisfeitas com a política de hoje? E o que cada um está fazendo para transformar a política de hoje? Às vezes, o conformismo leva à perpetuação desse *status quo* que todos, ou uma grande maioria, por consciência, não considera correto.

Então, eu quero deixar claro que, com relação ao atual Governo do Distrito Federal, há coisas com as quais eu concordo, que são positivas e que sempre tiveram,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	5

nesta Casa, o meu reconhecimento. Com relação ao Partido dos Trabalhadores, em 70% a 80%, pelo menos, das votações desta Casa, eu votei junto com a bancada do Partido dos Trabalhadores, em várias votações. Então, não é uma questão de achar que essa aliança é completamente inviável. O que eu acho é que é ruim para a sociedade, é ruim para o partido. O partido vai se apequenar. O partido deveria ter candidatura própria, tanto em nível federal como em nível local. É isso que afirma a identidade partidária. É isso que provoca um debate de ideias.

Sr. Presidente, eu gostaria que meu partido tivesse esta atitude de ter candidato próprio em nível local, de ter candidato próprio em nível federal. Eu penso que o partido não deve querer ser força auxiliar, querer ser um partido de segunda linha.

Espero, Sr. Presidente, que o partido assuma essa responsabilidade e ofereça à população do Distrito Federal uma alternativa diferente dessas que estão aí, ofereça à população brasileira também uma nova alternativa, porque há muita gente que gostaria de ver uma política nova, uma política diferente.

Eu, então, estou devolvendo a candidatura ao partido e espero que o partido se defina e que tome uma decisão de uma vez por todas para sair desse vai-não-vai, desse disse-me-disse. Eu espero que o partido adote uma posição afirmativa e defina a situação.

Com esse gesto, estou deixando todos à vontade para que tomem a decisão sem constrangimento. Agora, penso que o melhor caminho para o meu partido é o caminho da candidatura própria.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abranges, para usar da palavra pelo Bloco Parlamentar Democrático Progressista.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco Parlamentar Democrático Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, galeria, antes de tudo, Sr. Presidente, eu quero me manifestar, pois não tive a oportunidade de apartear o Deputado Reguffe e saudá-lo, dizendo que sou solidário ao nobre colega. Entendo a sua luta e a sua, muitas vezes, frustração partidária, sobretudo nessa questão de o partido se apequenar. Estou solidário com S.Exa. e espero que a sua candidatura possa vir de uma maneira forte, porque, afinal de contas, quem ganha com isso é o Distrito Federal.

Sr. Presidente, quero fazer uso da tribuna hoje para lembrar que, no último dia 15 de novembro, domingo, comemoramos 120 anos da República do Brasil. É uma data



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	6

extremamente importante, que não podemos deixar passar por esta Casa sem mencionarmos a importância desse marco para o Brasil. São 120 anos da proclamação e a nossa cidade, no próximo ano, fará 50 anos. Apesar da diferença de idade, Sr. Presidente, Brasília é inegavelmente um fruto da República.

O Deputado Reguffe citou agora sobre a liberdade partidária, apesar das suas frustrações e dificuldades. A liberdade partidária é um fruto da República, mas ela só se configura realmente com a inauguração de Brasília. Brasília é, sem dúvida, um fruto dessa República, um fruto criado pelos ideais da Constituição de 1891. Mesmo já se prevendo a interiorização do País, Brasília, nos seus 50 anos, mostra-se como esse grande fruto. Podemos até falar do grande Mário de Andrade, em Macunaíma, quando ele cria o herói sem caráter. Muitos, Sr. Presidente, pensam que o “sem caráter” é o “sem qualidades”; no entanto, ele se refere, sim, ao povo brasileiro que naquele momento ainda procurava uma característica. O “sem caráter”, Sr. Presidente, é sem uma característica que definisse melhor a sua soberania. E ela vem notoriamente com os 50 anos de Brasília. Assim era o Brasil: sem características da Colônia ao Império, do Império à República, sem nenhuma mudança radical, sem nada que pudesse realmente delimitar a característica do povo brasileiro, mesmo com tantas inserções, com tantos eventos como o Tenentismo, como a Coluna Prestes, como a Rebelião de 30. Tudo isso que foi colocado não deu ao Brasil uma característica de integração. Essa característica só veio com Brasília. Nenhum desses movimentos, por mais programático que possa ter sido, como o foi a Coluna Prestes, trouxe ou conseguiu modificar essa situação que o Brasil vivia. O evento provocador da República foi a construção de Brasília. Brasília que tem tantos problemas, que tem tantas desigualdades e que sintetiza em todo o povo brasileiro, todo o País... Tudo isso veio dentro de um processo civilizatório que foi levado à Nova Capital. Já seria gratificante se hoje, no Distrito Federal, com cerca de quase três milhões de habitantes, que estudam, que trabalham, que geram empregos, impostos e que têm a sua soberania garantida sobretudo nesta Casa, Deputado Milton Barbosa, que é um profundo defensor da democracia, desta Casa, que tem feito seu papel. Apesar das dificuldades, tem se estabelecido como marco nesse processo de Brasília, que é, novamente, um marco da nossa República.

É claro que nós não construímos um paraíso, temos muito a fazer. E esta Casa tem uma contribuição inequívoca nesse processo civilizatório, embora muita gente ainda pense que a Câmara Legislativa é um estorvo para o Distrito Federal. Eu sou daqueles que defendem justamente o contrário: que ela é a mais pura e a mais forte manifestação desse processo democrático, dessa República que se completa na criação de Brasília e que se estabelece, se torna madura e democrática com a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Portanto, Sr. Presidente, mesmo tendo estourado plenamente o nosso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	7

planejamento para chegar ao ano 2000, Brasília vem se firmando, e a Câmara Legislativa contribui para a concretização do sonho republicano. O sonho republicano se afirma em Brasília!

As nossas palavras hoje são de comemoração, apesar dos problemas a que nos referimos, que são tantos, temos que reconhecer: problemas na área de Segurança – o nosso Presidente é um militante forte na área de Segurança, assim como nós – na área de Saúde, na área de Cultura... Enfim, eles vem sendo paulatinamente enfrentados pelo Governo do Distrito Federal com força, com determinação. E nós também na Câmara Legislativa estamos dando a nossa contribuição nesse sentido, para que, aos poucos, esses problemas sejam solucionados. Temos que nos nortear por isso, pela solução e pelo trabalho em conjunto para uma renovação e para uma concretização de Brasília. E podemos, sim, republicanizar o Brasil. Com o exemplo de Brasília, podemos fazer isso.

Sr. Presidente, em nome do meu Partido, o Partido Popular Socialista, do bloco que gentilmente cedeu este momento para eu falar pela Liderança, pelo nosso Deputado Rogério Ulysses, venho saudar a República brasileira pelos seus 120 anos, 50 dos quais contando com nós, brasilienses, que olhamos para o futuro. Nós seguiremos todas as correntes políticas que procuram seguir os caminhos da liberdade e da democracia.

Meus parabéns à República do Brasil! Muito obrigado e boa-tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Esta Presidência informa que, por motivo de testes no sistema de taquigrafia, as notas taquigráficas desta 105ª Sessão Ordinária estarão disponíveis somente no dia de amanhã, dia 18 de novembro de 2009.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou pedir para aumentar o som, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao sistema de som que aumente o volume, por gentileza.

DEPUTADO GERALDO (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Eu, desde a semana passada, peguei uma gripe muito forte; então, já peço desculpas de antemão. Eu só vim aqui hoje atendendo a um pedido da minha base. Eu estava de cama, estou sob efeito de medicamento e uma série de coisas... nem o programa de rádio... Está muito baixo o som, estão reclamando. Se tiver como aumentar, eu agradeço. Muito obrigado. Eu acho que agora está bom. Então, como eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	8

estava dizendo, eu estava acamado e só saí da cama para vir aqui hoje. Eu peguei uma gripe muito forte, mas atendendo a um pedido da minha base, do Democratas, estou aqui, com um pouco de febre, um pouco de dor na garganta, mas vamos aos trabalhos, que são importantes.

Cheguei aqui e, para surpresa minha, com todo respeito que merece o Cabo Patrício, que é do Partido dos Trabalhadores, ele não perde a mania de detonar o Governador Arruda. Eu não entendo! Eu não entendo como uma pessoa pode ter – desculpem-me a expressão, mas eu queria uma expressão de menor importância – uma dupla face. Na frente do Governador Arruda, é amigo, leal, companheiro, se abraçam. Por detrás, panfleta contra o Governo. Por que não marca uma audiência, vai lá, que o Governador o recebe muito bem, conversa? Na época de campanha, caminharam juntos. O Governador Arruda, inclusive, caminhou com ele pelo Entorno do Distrito Federal. Eu fico pensando assim: está chegando a campanha. Será que, com esse movimento, o senhor não está colocando essa tropa, que hoje está ao seu lado, contra o senhor? Porque o senhor foi muito aplaudido, o Governador Arruda foi muito aplaudido, o Lula foi muito aplaudido e o delegado Laerte Bessa foi muito aplaudido naquela solenidade! Demais autoridades que ali estiveram não tiveram aplauso nenhum, inclusive eu, mas o senhor foi muito bem aplaudido, juntamente com o Governador Arruda. Fico vendo o senhor fazendo aqui panfletos e mais panfletos, da mesma forma como o senhor fez um, do Camarão, que distribuiu no CONIC à noite. Há certas coisas que não comprehendo. Eu queria até entender, mas não dá para entender. A política precisa ser uma política do diálogo, e não a política da fofoca, da maledicência. No diálogo, o senhor sempre conseguiu as coisas no Governo. E não me diga que não conseguiu, porque o senhor sempre conseguiu. E eu faço votos de que, na próxima legislatura, o senhor esteja aqui de volta como um dos mais votados, porque o senhor é uma pessoa inteligente. Só isso que não combina com o senhor, com a imagem que tenho do senhor. Combinaria com outras pessoas, mas com o Cabo Patrício, não. Não é a imagem que fiz dele. Quando vejo aqui: "Lula puxa a orelha de Lula". Não, não puxou, não! O senhor vai me desculpar, só se for fruto do mar. Os dois caminham muito bem. E nós precisamos respeitar o Partido dos Trabalhadores pela eficiência na área política. Vem comprando os pobres do Brasil inteiro. Se visitarmos o Norte, o Nordeste deste País, o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, vamos saber que tipo de governo faz o PT. Talvez seja esse o governo que eles gostariam que todos fizessem, comprando o silêncio do mais pobre e o voto. Paga, mensalmente, uma importância – bolsa não sei o quê, bolsa disso, bolsa daquilo –, tirando o homem do campo, que antigamente plantava; hoje não planta mais, porque ele espera a tal da bolsa no banco. Então, é assim que estamos fazendo. A dignidade do ser humano pelo Partido dos Trabalhadores está sendo comprada. A dignidade está sendo comprada. Mas não conseguem assumir a culpa do Movimento dos Sem Terra, a criminalidade que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	9

eles estão praticando por aí.

Então, eu aprendi a respeitar nesta Casa alguns Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, para não dizer todos: o Deputado Paulo Tadeu, com a sua inteligência, com a sua determinação, já no quarto ou quinto mandato – não sei – por aqui; a Deputada Erika Kokay, com a sua intransigência, com a sua maneira de ser, sempre cobrando; o Deputado Chico Leite, sempre com a palavra coloquial. Mas agora eu sou surpreendido, mais uma vez, com esse panfleto.

Eu gostaria de dizer ao senhor que com todo o respeito que eu tenho pelo senhor, sem nenhuma demagogia política, aqui é o Geraldo Naves que está falando, tira tudo o que o senhor imagina. Mas aqui sou eu que estou falando. Eu acho que o Governador Arruda, o Paulo Octávio e toda a equipe do Governo não merecem este tipo de panfletagem. Essa é uma opinião minha, particular.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Eu gostaria de um aparte, por gentileza.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Pois não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Até para ficar antes de V.Exa. encerrar, porque aí não fica parecendo que eu estou falando porque V.Exa. encerrou. Eu queria só colocar para V.Exa. o seguinte: primeiro, aquela cerimônia de sanção do plano de cargos e salários, não é um plano de cargos e salários, é um realinhamento. Quem acompanhou as negociações sabe disso. Segundo, V.Exa. deve ter conhecimento de que o GDF repassa os recursos do Fundo Constitucional ao DF em 12 parcelas. São 12 duodécimos. Todo dia primeiro é depositado na conta do GDF. Então, os recursos do Fundo Constitucional foram depositados desde janeiro. Nós estamos no mês de novembro, garantindo inclusive o pagamento de novembro, que já foi efetuado aos policiais e bombeiros militares, à Saúde e à Educação. O Fundo Constitucional foi instituído para garantir a segurança pública, podendo assistir a saúde e a educação.

O Governador Arruda, quando estava na cerimônia, não fez nenhum favor à categoria. Foi uma mobilização, uma negociação que houve. O Presidente Lula, ao sancionar, também não fez, até porque poderia ter enviado medida provisória e não projeto de lei. Em nenhum momento nós deixamos de criticar o Presidente Lula. E do jeito que criticamos o Presidente Lula criticamos também o Governador Arruda, porque é inadmissível o Secretário de Fazenda Valdivino ir aos meios de comunicação da imprensa – e foi declaração dele, eu fiz contato com ele – dizer que não tem recursos para pagar. Porque aí ele tem que explicar, então, onde estão os recursos do Fundo Constitucional. Onde foram parar? Porque o Governo sabia exatamente que o projeto previa o pagamento da gratificação de risco de morte a partir de 1º de abril, 1º de abril! Se o projeto fosse por medida provisória, Deputado Paulo Tadeu, teria que ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	10

pago de imediato, desde abril. Como só se aprovou em outubro, no finalzinho de outubro, novembro, então, ele tem que pagar com recursos já previstos. Não dá para o Secretário me dizer que vai pagar uma parcela em dezembro, com recursos do Fundo de 2009, e que pagará a segunda parcela em janeiro, com recursos do Fundo de 2010! Porque os recursos do Fundo de 2010 são outros recursos. Outros recursos. Então, este tipo de conversa, de que não tem recurso, não engana os Parlamentares que têm acesso ao SIGO, que têm acesso às finanças do Governo. E aí a única palavra que encontrei para colocar, e reafirmo aqui, é que foi um calote! E não há outra palavra para dizer sobre o Governador a não ser que ele é caloteiro! Caloteiro! Porque é isso que ele é! O Governador Arruda é um caloteiro! Não só com os policiais e bombeiros militares, mas com todos os segmentos profissionais.

Quem esteve hoje em frente ao Buritinga, numa assembleia dos servidores de assistência social, pôde observar que há quase dois meses essa categoria reivindica um plano de cargos e salários, o Governo negocia e fala todo mês que vai encaminhar para a Câmara. A categoria deflagrou greve hoje, em assembleia com mais de mil pessoas presentes. Em 48 horas, toda a carreira de assistência social do GDF, que atende a população de baixa renda, a população carente, vai parar suas atividades. Não há alternativa a não ser chamar de calote. Então, reafirmo o que está escrito no panfleto, que é calote, e reafirmo em qualquer lugar que o Governador Arruda é um caloteiro! E falo na frente dele! Falo porque no dia da sanção – V.Exa. não sabe – ele me abraçou e perguntou quando eu iria parar de fazer informativos criticando-o, e eu disse na cara dele e falo em qualquer lugar: nunca! Enquanto ele continuar errando. Porque como homem público tem que falar a verdade. Enquanto não é pessoa pública, pode até tocar a sua vida como se quer. A partir do momento em que entrou na vida pública, tem que preservar a sua conduta como homem público e prestar contas para a sociedade do Distrito Federal!

Era isso o que eu tinha a dizer. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Da mesma maneira que o senhor colocou em seu aparte, eu ouvi as entrevistas do Valdivino e, em momento algum, eu não lembro – a Deputada Eurides Brito pode até interferir – se ele disse que não tinha dinheiro para pagar. Muito pelo contrário, ele falou que, por se tratar de um realinhamento, estava o GDF realinhando e estaria mostrando a forma de pagamento. Mas que ia pagar ia. Escalonado, mas ia pagar.

Segundo, da mesma forma que o senhor disse que o Governador Arruda não fez nenhum favor à categoria, nem o Presidente Lula, eu diria que nem o senhor também. Nenhum favor! A categoria tem mais de 190 anos, 200 anos quase, e está sendo injustiçada. E o senhor só chegou agora nessa luta. O senhor não venha me dizer que o senhor tem mais lutas ali do que aqueles antigos, os que estão inativos, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	11

lutaram para chegar onde estão. Então, não tente assumir uma paternidade que é da instituição como um todo. Chamar o Governador Arruda de caloteiro, o senhor pode até chamar! Mas chama para ele! Isso aqui é um gesto covarde! Panfleto é um gesto covarde!

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Covarde é não pagar aos inativos, como V.Exa. acabou de mencionar, e aos ativos policiais e bombeiros, que correm risco de vida todo dia, a gratificação que é devida e que tem uma lei que foi sancionada pelo Presidente numa grande festa. Isso é que é covardia.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu posso terminar? Isso aqui é um gesto individual, um gesto covarde. Essa é a minha opinião.

Então, eu quero deixar bem claro para o senhor que, a partir do momento em que o senhor marcar uma audiência com o Governador, ou que o senhor participar... Segunda-feira tem um almoço. Amanhã tem um almoço. O senhor gostaria de ir? Se o senhor quiser, nós vamos almoçar com o Governador. Talvez o senhor ouça do próprio Governador...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – V.Exa. não sabe, mas o próprio Governador me convidou para conversar, e eu não quis conversar com o Governador.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Pois é, mas o senhor está radicalmente contra o Governo. O senhor não ouve! Isso é ditadura! O senhor só dita que ele está errado, mas em momento algum o senhor participa de algum diálogo! Por que o senhor não se abre ao diálogo? Será que a tropa aceita a radicalização?

Eu estou falando e já disse para o senhor que, como pessoa, e eu o admiro, você sabe disso. E vou continuar admirando-o. Só peço que o senhor pare com isso. Isso aqui é gesto covarde, que depois não tem volta. Quem ler isso aqui não vai interpretar da forma como deveria.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO GERALDO NAVES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Na realidade, o que eu queria era até fazer uma questão de ordem, porque...

DEPUTADO GERALDO NAVES – Mas faz um aparte, porque aí me dá o direito de falar daqui. Eu não estou querendo descer porque estou meio adoentado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O problema é o tempo que V.Exa. já usou, porque são cinco minutos para líder.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Mas não tem importância. A Erika fica aqui 10



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	12

minutos, 15...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Cada líder tem direito a cinco minutos para fazer uso da palavra.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Não, mas deixa eu ficar mais um pouquinho. Você é muito gentil.

DEPUTADO PAULO TADEU – Na realidade, eu quero aproveitar este debate que V.Exas. estão travando neste momento para lembrar outro calote que foi dado aqui nesta cidade, Deputado Cabo Patrício.

Na semana passada, nós tivemos aqui a presença de vários conselheiros tutelares do Distrito Federal eleitos – eleitos –, aos quais esta Casa, inclusive, prestou uma homenagem na tarde de ontem. Mas, para nossa surpresa, depois de todo o acordo, depois do projeto que V.Exa., eu, a Deputada Eurides Brito, que conduziu, inclusive a votação, juntamente com os demais líderes, e a Deputada Erika Kokay votamos com a promessa, Deputado Geraldo Naves, de que ontem todos os conselheiros eleitos iriam tomar posse... Para a nossa surpresa, o Diário Oficial de ontem só deu posse a 50 conselheiros, deixando mais de 115 conselheiros eleitos legitimamente sem o direito de exercer o mandato. Essa questão só atrapalha, só prejudica, Deputado Cabo Patrício, aquilo que é mais importante para a nossa sociedade: uma política de proteção às crianças e aos adolescentes.

Então, eu quero pedir aos conselheiros que se encontram na galeria que venham depois à sala do cafzinho conversar com todos os Líderes desta Casa. A Deputada Eurides Brito atendeu uma comissão hoje. Agora, não foi, Deputado Eurides? Eu, particularmente, queria que os demais Líderes conversassem com esses conselheiros para que pudéssemos encontrar uma alternativa. O Governador Arruda, inclusive, voltou hoje da sua licença médica. Então, nada mais justo do que publicar amanhã, no Diário Oficial, a nomeação de todos os conselheiros eleitos.

Então, essa é a minha questão de ordem.

Deputado Geraldo Naves, com relação a esse tema da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, eu quero parabenizar o Deputado Cabo Patrício. O Deputado Cabo Patrício é, sim, representante dessa categoria, e ninguém pode tirar dele esse papel. V.Exa, Deputado Cabo Patrício, honra o mandato que ganhou desses profissionais. O que V.Exa. fala aqui nesse panfleto, e o que V.Exa. falou nos demais, é nada mais, nada menos do que reproduzir o que o policial militar e o profissional do Corpo de Bombeiros querem falar, e não podem falar porque há um regimento arcaico que diz que, se falarem, são suspensos, são punidos, são expulsos. V.Exa. está no seu papel. Se V.Exa. não fizer isso, aí, sim, V.Exa. estará descumprindo o seu compromisso com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	13

essa categoria pela qual foi eleito.

Então, eu quero dizer a V.Exa. que tem da minha parte toda solidariedade e todo apoio. Se V.Exa. quiser, eu assino também esse panfleto juntamente com V.Exa., porque V.Exa. não está falando nenhuma mentira aqui nesse panfleto.

Parabéns! Continue nessa luta.

**PRÉSIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Muito obrigado, Deputado Paulo Tadeu. Concedo mais um minuto ao Deputado Geraldo Naves para que conclua a sua fala nos Comunicados de Líderes.

**DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.)** – Deputado Cabo Patrício, eu só quero dizer ao Deputado Paulo Tadeu que, em momento algum, eu disse que o senhor estava errado em panfletar. Eu falei que é um gesto covarde. Só isso eu quero reafirmar. Quanto a ser representante da categoria ou não, o senhor é representante de sua categoria. A pergunta é: o senhor estaria de bem com a tropa a tal ponto... Será que a tropa concorda com o que o senhor está fazendo? Essa é uma pergunta que tem de se fazer à tropa, não é?

Eu só queria dizer que hoje o Governador Arruda voltou, em cadeira de rodas, e está lá no Buritinga agora, às 15h... já passou. São 16h25min. Eu tenho certeza de que o pessoal dos conselhos tutelares será beneficiado. Talvez a Deputada Eurides Brito ou o Deputado Cabo Patrício tenha alguma coisa de que eu não saiba. Mas agora, às 15h, no centro administrativo, o Governador deu posse a 200 servidores na Secretaria de Saúde: 25 fonoaudiólogos, 170 enfermeiros e seis enfermeiros do trabalho.

Agora, nós temos de falar, da mesma forma que vocês estão gritando na galeria, nós defendemos e estamos lutando por vocês aqui. Com certeza, nós continuaremos lutando. Era o que eu tinha a dizer. Não me prolongarei aqui mais. Muito obrigado.

**DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRÉSIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoal da galeria, boa-tarde.

Deputado Geraldo Naves, eu só quero lamentar uma coisa. E eu fiz essa colocação que eu vou fazer agora na quinta-feira passada na Comissão de Assuntos Fundiários. Eu só quero lamentar que o processo político em Brasília já esteja instalado. Quero dizer que é muito fácil usar a palavra calote. Muito fácil! Fica parecendo que isso dá voto. E eu tenho dúvidas. Eu quero dizer isso ao Deputado Cabo Patrício, olhando no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	14

olho, mesmo sendo meio vesguinho, olhando no olho. Eu acho – e quero fazer minhas as palavras do Deputado Geraldo Naves – que este Governo não merece esse tipo de tratamento. Quando, na Segurança, se implanta um processo da forma como está aí, com centenas e centenas de viaturas novas chegando, planos de cargos e salários efetivados, reestruturação nos postos policiais – e é fato! Palavra comove e exemplo arrasta –, com índices de segurança e de criminalidade caindo no gráfico... E V.Exa. sabe disso. É fato e contra fatos não há argumentos. Eu fico sem entender isso. E olha que quem está falando aqui é quem vem dos movimentos sociais. Eu sei o que é defender a categoria dos movimentos sociais, lógico que de outro segmento.

Então, eu queria fazer essas considerações. Acho que é um debate simplista que se estabelece aqui. Não existe calote, muito pelo contrário. Estamos em um momento... Não há que se falar em favor. O Presidente Lula não está fazendo um favor, não! É fato. O Governador Arruda não está fazendo um favor, não! V.Exa. não está fazendo um favor, não! É fato. Mas, se não houver representação política e vontade política, nada disso estaria acontecendo. Inclusive, vontade política por parte do Governo Federal e por parte do Governo local. Inclusive, vontade política dentro de uma linha harmônica. E V.Exa. participa dessa linha harmônica, sim! Participa, sim! Agora, nos bastidores, participa de uma maneira; na prática, de outra.

Eu quero responder ao Deputado Geraldo Naves, muito embora a pergunta não tenha sido feita para ele. A categoria não apoia isso. A tropa não apoia isso. A tropa não apoia isso. Dessa maneira, não! Essa defesa radical é equivocada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Batista das Cooperativas, respondendo à questão de ordem de V.Exa., primeiro, que as viaturas encaminhadas do Governo Federal ao Governo Local são recursos do Fundo Nacional de Segurança, criado com muita luta pelos profissionais do País inteiro. Segundo, que os índices de violência não estão baixando. Isso é uma realidade. Basta pegar junto à Secretaria de Segurança Pública. Terceiro, que o intuito de fazer o jornal não é questão de voto, nós não estamos em campanha. Quarto, que esse sentimento repassado no panfleto é o sentimento da categoria. Talvez, se V.Exa. percorresse os quartéis, os postos policiais e onde estão todos os policiais e bombeiros, sentiria o sentimento da categoria. Esse panfleto reflete, como disse o Deputado Paulo Tadeu, o sentimento de uma categoria que brigou por uma gratificação, e, depois de ela aprovada, depois de um ano de luta, o Governo diz que não tem dinheiro para pagar, a não ser parceladamente. Então, é o sentimento. O sentimento realmente é de calote. Não há outra palavra a ser dada a não ser calote.

Era isso o que eu queria dizer a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputado Eurides Brito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	15

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Eu não vou tornar esse debate um pinga-fogo, não. Eu só gostaria de dizer que eu me referia à vontade política de se resolver as coisas.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Governo. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, é uma pena que o nosso ambiente hoje tenha ficado um pouco com o diálogo agressivo, mas isso faz parte também das casas legislativas, embora não seja realmente o melhor exemplo.

Deputado Paulo Tadeu, ouvi V.Exa., que é sempre um Deputado combativo nesta Casa e trabalha sempre pelas teses em que acredita, assim como todos nós. V.Exa., aproveitando o debate ou o duelo entre o Presidente em exercício, Deputado Cabo Patrício, e o Deputado Geraldo Naves, disse que também, semana passada, o Governo passou outro calote em nossos queridos eleitos, para os quais todos fizemos um discurso, todos saudamos. Todos queremos ver essa nomeação do pessoal dos conselhos tutelares.

Eu já recebi, na tarde de hoje, uma comissão. Desta comissão, eu só pedi que eles fossem fazer um percurso. O Deputado Bispo Renato colaborou comigo, colocando um assessor à disposição para encaminhar.

O projeto não saiu ainda desta Casa para o Poder Executivo. Não saiu! E não se cria cargo... Não se deixem enganar, vocês que serão julgadores. Vocês precisam ouvir um lado, precisam ouvir o outro lado para poderem saber como ou que caminho assumir e como lutar para atingir o alvo, que é a informação que queremos dar. Não saiu da Casa! Não saindo da Casa, não pode vir a mensagem com criação de cargos, como é a liturgia com qualquer governo que estivesse lá, qualquer um, tanto aqui quanto na área federal, quanto nos Estados, quanto em qualquer prefeitura. Cargo não se cria sem se dizer de onde vêm os recursos – regra número 1. Nós resolvemos isso na sessão passada, pinçando de um crédito suplementar, por acharmos que o assunto é importante e que precisa ser logo resolvido. Resolvemos realmente isso.

Bem, eu queria dizer que, querendo ou não querendo, nós vamos conhecendo as pessoas pelas reações, os que têm equilíbrio emocional e que vão lutar com os problemas de crianças e de adolescentes e os que não têm equilíbrio emocional. É extremamente importante que possamos realmente saber disso.

Deputado Paulo Tadeu, viu o que fazem as informações erradas? Não saiu ainda da Casa. Não saindo da Casa, não há... porque ninguém pode responder. Nenhum de nós aqui vai responder por um executor de lá que tenha criado um cargo fugindo das regras da legislação. Saindo da Casa, vai à sanção do Governador, e esperamos que isso saia da Casa hoje. Quem é o responsável por isso sair da Casa? Quem é que assina essa mensagem? Não é nenhum de nós que aqui está. Nenhum de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	16

nós que está aqui assina a mensagem. Então, vocês precisam ver quem assina a mensagem para que a coisa possa sair da Casa para ir ao Governo. Estando no Governo, vai à Casa Civil para pegar a sanção do Governador. O Governador sanciona e vai para o Diário Oficial. No momento em que é publicada no Diário Oficial a nossa consolidação do crédito da criação dos recursos, aí, sim, nós podemos reclamar do encaminhamento da mensagem da criação dos cargos. Não saiu da Casa ainda, Deputado Paulo Tadeu. Esta informação, por um dever de justiça, eu devo dizer. Então, neste caso, usar realmente a expressão calote... Quem talvez deu a informação a V.Exa. de que já havia saído da Casa deu a informação errada. Por outro lado, não se pode mandar a mensagem de criação de cargos, como sabe V.Exa., sem estar com os respectivos recursos orçamentários. Agora, erram aqueles que marcam as datas para a posse, sabendo que, sob o ponto de vista desta burocracia pública, que, às vezes – não aqui, mas em qualquer lugar –, se transforma numa "burrocracia" infernal, ainda há toda essa tramitação que nós não podemos burlar, sob pena de sermos realmente penalizados. Mas não é a nenhum dos que estão aqui nesta Casa nesta tarde que cabe realmente encaminhar a mensagem ao Poder Executivo, a não ser... Acho que, se já estiver pronto, o Vice-Presidente no exercício da Presidência certamente poderá assinar.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é interessante quando há outros interesses, como já aconteceu aqui nesta Casa. Por diversas vezes, aprovamos projetos de interesse inclusive de setores empresariais ou de outros interesses numa tarde e, no mesmo dia ou no outro dia de manhã, foi encaminhado para o Governo sancionar. Agora, com relação a este tema, especificamente, na semana passada, foi feito um acordo aqui. Foi feito um acordo entre as Lideranças dos partidos políticos de que a posse seria dada a todos os conselheiros. Todos seriam nomeados simultaneamente. Ora, se por um acaso a mensagem não saiu daqui por uma deficiência da burocracia interna – eu não sei porque nesse caso aconteceu, tem que se perguntar a quem de direito quem é o responsável pelo encaminhamento do projeto –, por que, então, o Governo não aguardou mais um ou dois dias para nomear todos os conselheiros juntos, conforme tinha sido acordado, Deputada Erika Kokay? Conforme tinha sido acordado. Então, eu não tenho dúvida nenhuma... Agora é muito fácil jogar para cima da Casa a responsabilidade da posse de uma parte dos eleitos. Agora, na semana passada, mais especificamente na quinta-feira passada, o acordo era: aprovarmos aqueles projetos, e todos os eleitos tomarem posse simultaneamente. Isso o Governo não cumpriu. Poderia ter aguardado, como já o fez em outras situações. Esta Casa, Sr. Presidente, já aprovou aqui projetos de lei do Poder Executivo que, quase na mesma hora, já estavam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	17

chegando ao Palácio do Buriti para a sanção do Governador. Então, esse caso é demonstração do descaso com uma política pública tão importante como é a política desencadeada pelos conselheiros de proteção às crianças e aos adolescentes.

Quero prestar a minha homenagem e a minha solidariedade aos conselheiros que estão aqui aguardando uma resposta do Governador Arruda, que voltou hoje da sua licença médica. Espero que S.Exa., ao voltar da sua licença médica, aproveitando que nesta semana comemora-se o Dia Nacional dos Conselheiros, dê posse a todos eles. Se for o caso, Sr. Presidente, que V.Exa., que neste momento está no exercício da Presidência, pegue esse projeto e peça para ser entregue nas mãos do Governador, para que não haja mais desculpas, e S.Exa. dê posse a todos os conselheiros, conforme a sociedade exige.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Quero apenas informar aos Deputados que estão no plenário e às pessoas que estão na galeria que o projeto encontra-se na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF para elaboração da redação final. Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. tem razão. Alguns projetos foram encaminhados ao Executivo com maior rapidez. Portanto, solicito à Assessoria de Plenário que faça contato com a CEOF e que tome todas as providências para que possamos encaminhar, ainda hoje, se possível, a mensagem ao Governador José Roberto Arruda, para que os conselheiros possam tomar posse o mais rápido possível. Com isso se fará justiça e se cumprirá um acordo que foi firmado na última quarta-feira, quando da aprovação em primeiro e segundo turnos dos Projetos de Leis nºs 1.474 e 1.475.

**DEPUTADO GERALDO NAVES** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, mais uma vez eu quero fazer uma colocação. É impressionante que nós somos educados... nossos pais nos ensinam que precisamos reconhecer o certo e o errado. Temos que ter a humildade para reconhecer o errado. Nós temos que reconhecer o certo e o errado. Eu pensei que o senhor ia dizer aqui: eu quero pedir desculpas porque eu falei do Governador Arruda. O senhor não fez isso. O senhor o culpou por mais coisas ainda. Aos conselheiros que aqui estão, o senhor deveria ter falado: ficou aqui, está na Casa, o erro é da Casa. Porque ninguém foi capaz de dizer aqui que o Governo ligou para cá cobrando. Ligou três vezes para cá cobrando! Hoje à tarde! Três vezes! Está registrado no celular. É só pegar. Qual o horário em que o Governador ligou? O Governador ligou às 15h30min, cobrando. Foram três chamadas para cá. Então, quero dizer aos conselheiros que o erro é interno. É daqui. O Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa, já tomou as medidas cabíveis, determinando que a CEOF o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	18

libere e o encaminhe o mais rápido possível. Eu acho que não há outra coisa a fazer a não ser encaminhar assim. Se chegaram os 50 lá, os 50 foram nomeados. Antes de dizer que era calote, como disse aqui o Deputado Paulo Tadeu: "Esse é outro calote que o Governador está dando..." Não é. É isso que intriga. Acusa sem saber. Da mesma forma como o senhor está fazendo com os seus panfletos. São gestos covardes, individuais e sem conhecimento.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Somente para responder a questão de ordem de V.Exa., Deputado Geraldo Naves, já solicitei à CEOF, onde se encontra o projeto, para que providencie o seu encaminhamento ainda hoje. Agora, o pronunciamento de qualquer Parlamentar... Aqui é o exercício do Parlamento. Compete aos 24 Parlamentares saber conviver com Situação e Oposição. Aqueles que não conseguem conviver, tudo bem. Existe nesta Casa Situação e Oposição. Da mesma forma como o DEM, partido de V.Exa., faz oposição lá no Congresso Nacional. Isso faz parte do exercício da democracia.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu começo dizendo que, na minha vida, o meu exercício parlamentar me tem dado, graças a Deus, esta maturidade de saber conviver com as divergências, de saber respeitar as divergências. Às vezes me entristece ver pessoas jovens, que entram nomeados e eleitos democraticamente, com uma festa bonita, não quererem ouvir a verdade, quando a verdade que estamos anunciando é uma verdade que os ajuda, porque sabendo que está na Casa, vamos agora trabalhar para sair da Casa.

Quero confirmar que foram feitas três chamadas, pelo celular, hoje à tarde, cobrando o projeto. Agora acabamos de receber a notícia de que a redação final acaba de ser concluída. Se o Presidente não estiver na Casa daqui a meia hora, V.Exa., como Presidente em exercício, poderá assinar essa mensagem para o Governo encaminhando a votação da semana passada para que possamos apressar a publicação no Diário Oficial e cobrar a remessa da mensagem para cá com a criação dos cargos.

É esse o meu compromisso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Eurides Brito, acato a questão de V.Exa. Eu só queria dizer, inclusive para os servidores desta Casa, que esta Casa é instituída de hierarquia: Presidência, Vice-Presidência, Primeira, Segunda e Terceira Secretarias, que compõem a Mesa. Eu, como Vice-Presidente, não fui comunicado. Se o Presidente nato não está nesta Casa, eu hoje estou aqui desde as 8h,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	19

estive ontem e todos os dias.

Então, solicito aos servidores que, se acontecer qualquer fato desse e o Presidente Deputado Leonardo Prudente estiver ausente, informem, de imediato, ao Vice-Presidente. Se eu tivesse sido informado, teria tomado as providências, encaminhando a mensagem ao Governo do Distrito Federal, e a situação estaria resolvida. Não dá para ficar ligando para as pessoas. Esta Casa é constituída e é independente do Buritinga. Aqui não é o puxadinho do Buritinga. Já disse isso aqui várias vezes.

Portanto, solicito aos servidores que, se tiverem de tomar qualquer decisão e a Presidência não estiver presente, procurem a Vice-Presidência e os demais Secretários para que adotem os procedimentos de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Distrito Federal.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o Deputado Geraldo Naves citou meu nome, eu só queria dizer a S.Exa. que eu, a sociedade e todos os conselheiros eleitos estamos aguardando a posse. Se o Governador Arruda der-lhes posse amanhã ou depois de amanhã, virei a este microfone parabenizar o Governador. Faremos o que for necessário, Deputada Eurides Brito. Eu concordo com V.Exa., e faremos o que for necessário para garantir a posse. No momento em que o Governador nomear os conselheiros e lhes der posse, virei aqui parabenizá-lo da mesma maneira como o estou criticando. Agora, enquanto o Governador não fizer a nomeação, será criticado.

Deputado Geraldo Naves, falando em calote, há um terceiro calote em curso nesta cidade. Houve o calote dos policiais militares, o dos bombeiros, o dos conselheiros e o do DETRAN. O Governador Arruda está há mais de seis meses enrolando, há mais de seis meses enrolando os servidores do DETRAN! Prometeu aos servidores que atenderia as reivindicações deles. Os trabalhadores do DETRAN encerraram uma greve por esse motivo e o Governador, há mais de seis meses, está fingindo, fingindo que não fez uma negociação com os servidores do DETRAN! Diante disso, hoje pela manhã, o DETRAN deliberou pela greve nos próximos dias. Se ocorrer essa greve do DETRAN, a única culpa será do Governador Arruda, que não vem cumprindo com os seus acordos. Não cumprir com o acordo é sinônimo de calote, Deputado Geraldo Naves.

É isso que, infelizmente, está acontecendo com o Governo que V.Exa. apoia.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	20

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, me chamar de Rogério é uma honra. Adoro o Rogério Ulysses. É um grande companheiro, um grande Deputado, um grande Parlamentar. Eu quero dizer às pessoas dos conselhos tutelares aqui presentes que nenhum Deputado desta Casa votou contra elas. Todos votaram favoravelmente. Estou errado, Deputada? Todos votamos favoráveis a vocês. E nenhum aqui não quer que vocês sejam nomeados. Queríamos que vocês tivessem sido nomeados ontem, junto com os 50! Mas o erro está dentro desta Casa, que não mandou o papel para lá. Não pode haver nomeação se o papel não sair daqui para lá. É isso. E o papel ainda está aqui. Então, não se pode dizer que o de lá está dando calote, se o papel está aqui. Então, o caloteiro, neste caso, é a Câmara Legislativa. É isso que eu estou querendo dizer para vocês. O PT quer chegar aqui e dizer: "Olha, o calote está vindo não sei de onde". Não! O calote não está lá, o calote está aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Darei mais um minuto para V. Exa. concluir sua fala.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Permite-me V.Exa. um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Não tem apartes, é solicitação da palavra, Deputada Eurides Brito. Desculpe-me V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, coloca um tempo maior, subtenente. O senhor é sargento... subtenente? Aqui é uma Casa parlamentar, podemos ter bom-senso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Então, quero que V.Exa. conclua a sua fala.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Então, prestem atenção. Vou me ater agora ao DETRAN. Eu queria ver alguém do PT chegar aqui e dizer que tem de anistiar as multas que o DFTRANS aplicou. O Pátio do DETRAN está cheio. As multas já atingiram mais de um milhão. Mais de um milhão! Temos de falar a favor do povo. A multa está demais. Se você passa em um lugar em que o limite é de 40km por hora com a velocidade de 47km, a multa vem; se é 50km por hora e você passa com a velocidade de 57km, a multa vem. Eu pago pra ver alguém que não tem multa no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – V.Exa. concluiu a sua fala? Vou dar 30 segundos para V.Exa. concluir.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Viram como aqui é uma ditadura? Trinta segundos. Deputada Erika Kokay, V.Exa. é a última a falar em tempo, pois ocupa o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	21

tempo que quer aqui.

Pago para ver alguém que não foi multado ainda no Distrito Federal. Só se o carro estiver na garagem e não tiver saído. Quanto ao DETRAN, mais uma vez reafirme: é diálogo! Sentem-se com o Governador, que resolve; greve não resolve.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer que não podem os nossos jovens e competentes conselheiros – que vão tratar tão bem as nossas crianças e adolescentes, com moderação, com paciência, com competência para ouvi-los, porque são educadores – sair daqui iludidos, como foram na semana passada, pensando que, ao chegar o papel, sai a nomeação. Ao chegar o papel, pegamos a mensagem com a criação dos cargos. Falta criar os cargos. Por que aprovamos antes o crédito suplementar? O crédito suplementar foi aprovado para poder haver o respaldo financeiro para a criação dos cargos. Essa é uma informação importante que, às vezes, alguns apressados dão a eles de uma forma diferente e eles não podem e não são obrigados a saber.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Eurides Brito.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quem disse que dependia da Câmara Legislativa dar suporte orçamentário para que todos tomassem posse juntos foi o representante do Governo em uma comissão geral. Faço questão de pinçar as notas taquigráficas para que isso fique absolutamente claro. O Governo tem um projeto que cria cargos. O Governo tem um projeto que cria cargos. O primeiro aspecto é que o Governo, ao saber que é preciso criar os cargos e ter lastro orçamentário, deveria ter encaminhado os dois projetos juntos, até porque o projeto do Governo tem de ser alterado. É preciso que todos e todas saibam que o projeto do Governo propõe a criação de cinco conselhos novos por ano, e nós queremos os 23 novos conselhos neste ano, como é a resolução do Conselho de Defesa dos Direitos. Porque o Governo acha que a lei é ele. Porque é uma resolução publicada no Diário Oficial da última sexta-feira, resolução do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem o poder para deliberar sobre políticas de criança e adolescente, graças ao Estatuto da Criança e do Adolescente, na esteira da Constituição de 1988. Portanto, não há nada que justifique o Governo não ter nomeado os 33 conselhos na segunda-feira. Nada! Porque tudo está sob a alcada de decisão do próprio Governo. Se o Governo tinha, inclusive, uma sentença judicial – não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	22

precisa da sentença judicial –, tinha que seguir a recomendação do Conselho Nacional do CONANDA e a resolução do CDCA. Fez eleição para 33 conselhos e não encaminhou... encaminhou em um projeto, junto com inúmeras outras emendas, e de outros órgãos, a estrutura orçamentária necessária para o conselho tutelar. E vem aqui e diz que depende da Câmara. Se a Câmara aprovar, não há por que não nomear todos. Falou isso aqui na comissão geral! Na segunda-feira, nomeia só 10 e argumenta: "Não, mas ainda não foi sancionado". Ora, mas ainda não há lei criando cargo. E por que não há lei? Por que não há lei? Quem o Governo quer enganar? Não vai enganar conselheiro! Não vai enganar conselheiro, porque são construídos enquanto defensores de direito e sabem exatamente a importância de um conselho e têm a inteligência necessária para entender que o Governo busca responsabilizar A, B, C, D pela sua inoperância e, mais do que isso, pelo seu desrespeito com as crianças e com os adolescentes. Isso é um desrespeito com as crianças e com os adolescentes.

Ontem, houve uma vigília de uma rede mundial de igrejas em defesa da criança e do adolescente. Dia 20 é o dia mundial de todas as religiões fazerem orações e ações em defesa de nossas crianças. E, neste dia, nesta semana, em um seminário feito hoje, com o Prêmio Nobel da Paz que ali estava, no Senado Federal, com todas as igrejas em defesa das crianças deste país e do mundo, o Governo José Roberto Arruda não cumpre com a sua obrigação e desrespeita criança e adolescente nesta cidade. Por isso digo que não há que se buscar bodes expiatórios. Busca os bodes expiatórios quem não tem a coragem de enfrentar a sua responsabilidade. O que cabe a nós é esperar que o Governo, imediatamente, encaminhe para esta Casa a proposta de criação dos cargos. E não queremos cinco por ano! Não queremos cinco por ano porque essa não é a resolução do CDCA. As eleições não se deram paulatinamente, e nossas crianças precisam de respeito nesta cidade, precisam de espaços que não sejam as ruas, precisam de creches, precisam de conselhos tutelares, para que se apliquem os direitos e as medidas de proteção. Digo para cada um e cada uma de vocês que, se o Governo, em vez de priorizar a especulação imobiliária e as obras faraônicas, priorizasse as pessoas, teríamos a cidade conosco. O que sentimos hoje é que esta cidade já não nos pertence mais. Digo isso, Deputado Chico Leite, porque uma quitinete deve custar por volta de um milhão no Noroeste. Eu me pergunto: onde estão as pessoas que lotavam a Câmara, inclusive iludidas de que deveriam ter suas casas no Catetinho, que fere a legislação ambiental? Por que elas não são visíveis e não são prioridades? Esta cidade não precisa de quitinetes de um milhão de reais! Precisa de casa para quem não tem casa; precisa de creche para as nossas crianças; precisa de espaços para tratamento da síndrome de drogadição para os nossos adolescentes. Precisamos que a cidade seja, realmente e de novo, uma cidade do povo que aqui mora.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	23

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Erika Kokay, eu só queria, na realidade, repetir aquilo que venho dizendo há muito tempo nesta Casa. Não é pelo discurso que um governo mostra qual é a sua prioridade. É pela execução orçamentária. E o tratamento que o Governo dá ao conselho tutelar, aos conselheiros tutelares, à ideia do conselho, com a função constitucional que tem, mostra que é um governo das empreiteiras, e não um governo das nossas crianças. Era isso o que eu tinha a anexar ao depoimento de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Agradeço, Deputado Chico Leite, o aparte.

Sr. Presidente, eu não vou falar aqui de calotes, porque os professores sofreram calotes, porque o DETRAN sofreu calote, porque os PMs sofreram calotes, porque as nossas crianças sofreram calotes, inclusive pela ausência de políticas públicas, porque os moradores da Estrutural, que foram jogados em monjolo e estão, há um ano e sete meses, embaixo de tenda e com banheiro químico, também sofreram calote. Este é o Governo do calote.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 211 – Suplemento, de 20/11/2009, juntamente com a ata sucinta da 105ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico impressionado de ver a Deputada Erika Kokay chamar este Governo de Governo do calote. O Governo do PT que houve aqui no Distrito Federal ninguém menciona. O Governo do PT não entregou um lote, não entregou uma casa. O Governo do PT não deu apoio à segurança pública no Distrito Federal, onde gasolina era limitada. O senhor se lembra disso. O senhor era militar – não sei se, na época, o senhor já havia sido expulso ou não. Na época do Governo do PT, não sei se o senhor ainda estava na corporação. Mas, no Governo do PT, as delegacias não tinham nem papel para registrar ocorrência. Nem papel! O cidadão precisava levar uma folha de papel e uma caneta para registrar a ocorrência e deixar com o policial. O telefone não funcionava.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Geraldo Naves, solicito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	24

que V.Exa. conclua a sua fala.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, eu gostaria de saber por que V.Exa. está me interrompendo. A Deputada Erika Kokay fez...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Geraldo Naves, a Deputada Erika Kokay usou a palavra nos Comunicados de Líderes. V.Exa. já fez. Solicito que V.Exa. conclua a sua fala.

DEPUTADO GERALDO NAVES – O senhor não pode mandar em mim. Só quero saber qual é o tempo regimental que tenho para usar a palavra. O senhor pode me responder?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O tempo suficiente para formular. Então, V.Exa. evite os discursos e conclua a sua fala.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, eu gostaria de saber o tempo que tenho, porque os Deputados falam durante 3, 5, 8, 10 minutos. O senhor como Vice-Presidente desta Casa, responsável por segurar as questões dos conselhos tutelares – o senhor está na Presidência e é, então, o responsável –, diga-me quanto tempo eu tenho para concluir a minha fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Geraldo Naves, V.Exa. dispõe de um minuto para concluir.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Muito obrigado. Registra um minuto que assim eu farei. Então, quero deixar bem claro que, antes de falar do Governo do calote, de o Governo panfletar a cidade, tente um diálogo, se é que o PT é capaz de fazer isso. Se não for capaz, procure entender as coisas e saber que a panfletagem só nos leva a um lugar: à ditadura, que é típica do pessoal do PT hoje em dia.

Era isso o que eu tinha para falar, Sr. Presidente em exercício da Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Geraldo Naves, pelas suas palavras.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Presidente anterior encerrou os Comunicados de Líderes e entrou nos Comunicados de Parlamentares. Solicito a V.Exa. que faça uma consulta ao Plenário, a fim de que não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	25

haja mais nenhuma fala e possamos ir diretamente à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Esta Presidência consulta o Plenário se podemos encerrar os Comunicados de Parlamentares. (Pausa.) Como não há acordo, daremos prosseguimento aos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando se fala do aparelhamento da Secretaria de Segurança, leia-se: Governo Federal. Quando se fala do reajuste de salários ou do reenquadramento da Polícia Militar do Distrito Federal, leia-se: Governo Federal. Quando se fala de políticas, como, por exemplo, várias duplicações de estradas, urbanização da própria Estrutural, leia-se: aval do Governo Federal. Quando se fala do que está sendo feito de positivo com a Polícia Militar do Distrito Federal, é Governo Federal. Não é à toa que o Ginásio de Esportes estava lotado de policiais e bombeiros militares e que, quando o Presidente Lula foi anunciado, o estádio se colocou de pé, aplaudindo e homenageando Luiz Inácio Lula da Silva. O PM sabe quem é que está aparelhando a Polícia Militar do Distrito Federal. O PM e o bombeiro sabem quem são os responsáveis pelo reenquadramento e reestruturação do plano de carreira: Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O Governo do Distrito Federal sabe que as políticas públicas só não estão piores nesta cidade em função do Governo Federal; sabe também que já poderíamos ter centro de atenção psicossocial para tratar adolescentes dependentes de álcool e droga porque há verba federal, que não é utilizada pelo Governo local; sabe que o Governo local não utiliza toda a verba destinada ao Distrito Federal para o Bolsa-Família; sabe que não se está utilizando a verba do Governo Federal para a manutenção de CAPS e Postos de Saúde da Família; sabe que a verba federal que chega para Brasília é devolvida; e sabe também que, dos mais de 300 milhões que estavam depositados para a Saúde do Governo Federal, 248 milhões ficaram no BRB, na conta da Saúde, sendo aplicados no sistema financeiro.

Todos e todas deveriam saber o que o Governo sabe; todas e todos deveriam saber que a Secretaria de Estado de Saúde chamou um fórum para tentar convencer a sociedade sobre a justeza da privatização na área de Saúde, que gastou com uma empresa de comunicação, que foi contratada sem licitação — é prática da Secretaria de Estado de Saúde não utilizar licitação. São quase 200 milhões transferidos para a iniciativa privada, na Saúde, sem licitação — 500 mil reais em um fórum de um dia. No fórum havia cinco pessoas participando. Cinco pessoas! Sabem qual é o orçamento para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	26

pagar a estrutura e o pessoal para haver conselhos tutelares neste ano? Por volta de 300 mil reais ou um pouco mais. O Governo gastou em um fórum de um dia, do qual havia cinco pessoas participando, 500 mil reais para uma empresa sem licitação!

Portanto, todas e todos deveriam saber que, se não há 33 conselhos tutelares e se nossas crianças não estão protegidas como deveriam estar, só existe um culpado: o Governo do Distrito Federal, que já repassou para a Real Sociedade Espanhola operar o ouvido errado de um adolescente, 33 milhões de reais. Para acabar com a contrapartida do auxílio-alimentação são apenas 38 milhões de reais. Não é a prioridade do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roney Nêmer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.).

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez é de se lamentar que vejamos pronunciamentos como o da Deputada Erika Kokay, defendendo o Governo Federal; mas ela não comenta aqui, por exemplo, que o Governo Federal levou de volta aproximadamente 230 milhões de reais do Fundo Constitucional. E aí, obriga o Governo a fazer uma equação para adequar tudo e colocar nos seus devidos lugares, mas não dão tempo para isso. Eles simplesmente vêm aqui e fazem um discurso criticando o Governo do Distrito Federal, mas não falam uma verdade. A verdade precisa ser dita e defendida. A verdade é uma só: o Governo do PT levou de volta do Fundo Constitucional mais ou menos 230 milhões, por erro, por erro! Então, quando vemos a Deputada Erika Kokay falando em números, eu gostaria que ela provasse cada número que ela fala aqui, porque ela fala de improviso, dando percentuais e cifras. Mas, no Governo do PT no passado, a única obra que ele deixou foi a iluminação da avenida da Estrutural, a única! Mais nada foi feito no Distrito Federal. O senhor era Deputado na época. Estou mentindo ou falando a verdade? O senhor lembra bem? Então, prestem atenção ao seguinte: já governou e mostrou incompetência no Governo do Distrito Federal. Criticar é fácil; entra um Governo, critica; entra outro, critica. É só crítica. E



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	27

hoje eu me deparo com Deputado chamando de calote, Deputado Benício Tavares, como se o Governador estivesse dando calote nos conselheiros. Quando se diz a eles que o calote é da Câmara Legislativa, que ainda não enviou ainda para o Executivo a mensagem que está na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ninguém é capaz de pedir desculpas. "Poxa, eu xinguei de caloteiro fulano ou ciclano". Imagina se você não quer ouvir um perdão! É claro que você quer ouvir, mas ninguém fala!

O Deputado Paulo Tadeu veio aqui e disse que o Deputado Cabo Patrício é representante da Instituição Polícia Militar e Bombeiros, mas não fez referência ao Deputado Aylton Gomes, não fez referência ao Deputado Cláudio Abrantes. Por que discriminar quem não é do PT? Em toda reivindicação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, eu vi junto o Deputado Aylton Gomes e o Deputado Cláudio Abrantes.

A Deputada Erika Kokay citou como referência a solenidade no Ginásio Nilson Nelson em que o povo aplaudiu de pé. Ela chegou atrasada! Ela chegou quase no final da solenidade! Agora, eu estava lá desde o princípio e fiquei até o final. O povo aplaudiu, sim, o Governador Arruda, aplaudiu o Deputado Cabo Patrício, aplaudiu o Deputado Laerte Bessa e, claro, o Presidente Lula.

Agora, nós vamos dizer que não houve aplausos? Houve! Mas dê o reconhecimento. O Deputado Aylton Gomes chegou à solenidade, mas chegou atrasado também.

DEPUTADO AYLTON GOMES – (Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO GERALDO NAVES – Chegou atrasado. Eu vi V.Exa. buscando cadeira.

DEPUTADO AYLTON GOMES – (Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO GERALDO NAVES – Só se não deixaram V.Exa. entrar. Ah, V.Exa. estava circulando?! Aí eu não vi. Agora, a Deputada Erika Kokay chegou no final da solenidade. No final, eu vi.

Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e comunicar ao Plenário e, principalmente, aos membros dos conselhos tutelares aqui presentes, legitimamente eleitos, que o Presidente Leonardo Prudente acaba de assinar a mensagem para o Sr. Governador. Eu vou encaminhá-la, neste momento, para a sede do Governo, no Buritanga. Assinada, portanto, pelo Sr.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	28

Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado, Deputada Eurides Brito.

Esta Presidência informa a todos que, neste momento, a Câmara Legislativa está encaminhando ao Sr. Governador, para fins de publicação, o texto da lei que contempla os conselhos tutelares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vamos ser sinceros com relação à solenidade dos PMs. O povo aplaudiu, sobremaneira, o Deputado Cabo Patrício, reconheceu a luta do Deputado Cabo Patrício; e reconheceu a sua própria luta, a luta da própria categoria, porque quem arrancou esse projeto foi a categoria, em mobilização.

E não houve nenhuma outra autoridade que foi aplaudida de pé como foi o Presidente Lula. De pé foi aplaudido o Presidente Lula, e foi gritado o nome de Lula no reconhecimento dos policiais e bombeiros militares. Foi a única autoridade citada que ali teve esse tipo de recepção.

Mas eu queria dizer, Sr. Presidente, que cheguei à solenidade a tempo de escutar todos os discursos. Eu não sabia que havia Deputados nesta Casa que têm um senso de controle persecutório tão aflareado que ficam contando e observando a que horas os Parlamentares estão chegando às solenidades. Não existia ponto eletrônico na solenidade, mas havia alguém que se achou no direito de controlar o tempo das pessoas. Meu tempo quem controla são as pessoas que votaram em mim e as pessoas que eu represento nesta Casa: o povo. É o que eu admito.

Mas solicitei a palavra, Sr. Presidente, para parabenizar V.Exa., porque eu sei, todos nós, todas nós sabemos a posição que V.Exa. adotou, ou que tem adotado, com relação à votação do Instituto de Previdência, no que diz respeito a direitos iguais para as relações homoafetivas. Todos nós sabemos qual é a posição de V.Exa., quais são os seus princípios e a sua convicção.

Sr. Presidente, V.Exa. não votou favorável ao projeto do Executivo. O Governador vetou um artigo, um inciso, tirando o direito de cônjuge, de esposo... Enfim, vetou esse inciso, numa canetada "homofóbica", argumentando que o projeto carregava vício de iniciativa, e encaminhou o projeto à Câmara. E V.Exa. não se posicionou favoravelmente ao projeto, mas o Governador, ao projeto ser aprovado –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	29

projeto do próprio Executivo, aprovado por esta Casa e encaminhado para a sanção do Governador – não sancionou o projeto dele mesmo. Disse S.Exa. que o objeto ou a causa do voto imputado a esse inciso era corrigir um vício de iniciativa. E V.Exa. cumpriu a sua função enquanto Presidente da Casa, a função que a democracia exige de V.Exa., quando fez o projeto se transformar em lei, como prevê o Regimento. V.Exa. considerou que o Estado e a vontade da maioria desta Casa, que se posicionou dessa forma, era soberana.

Portanto, quero parabenizá-lo, porque, apesar de suas posições e convicções individuais expressas em vários momentos aqui, não deixou que essas convicções embaçassem o exercício da sua função como Presidente. Quero dar-lhe os parabéns por ter seguido o Regimento e sua função como Presidente. O projeto só é lei porque V.Exa., assim procedendo, o fez ser publicado no Diário Oficial. Eu queria parabenizá-lo por isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado, Deputada Erika Kokay. Eu apenas cumprí o meu dever.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que tenho todos os motivos, por toda a história nesse período curto de mandato, para falar o que vou falar. Sempre estou aqui na hora, a não ser que haja impedimentos eventuais justificáveis. Hoje, eu, V.Exa. e outros chegamos às 14h30; outros já estavam aqui. O meu pronunciamento é inverso ao que já se falou tanto aqui hoje à tarde.

Eu nunca ouvi tanta discussão estéril como a que ouvi hoje. Há projetos esperando para serem votados. Respeito o direito de todo mundo falar. Não adianta vir aqui dizer que não estou respeitando. Mas, hoje, a Câmara ganhou dela mesma o título de ter promovido, até este momento, discussões totalmente estéreis, ao ponto de se discutir, com todo o direito, e peço todas as vêrias, uma moção de repúdio a um presidente que vem convidado oficialmente para o Brasil. Vamos votar os projetos que temos de votar, que já foram discutidos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	30

V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que o Deputado Milton Barbosa tem toda razão, mas quando aqui entrei, a discussão já estava avançada e fui citado várias vezes. Eu vi o Deputado Geraldo Naves com uma eloquência, com uma disposição muito grande em defender um momento ímpar da história das corporações do Corpo de Bombeiros e da PM. Só quero justificar um detalhe: eu não estava atrasado, estava no meio do grande público, cumprimentando. Era um momento nobre para nós. Indiferentemente de quem foi mais ou menos aplaudido, o que ficou ali muito afinado foi que o Governador Arruda, nessa participação direta dentro de uma construção e dentro de uma discussão que foi uma gestão compartilhada da qual todos puderam participar, encaminhou o projeto ao Executivo, ao nosso Poder máximo, que é o Presidente da República, e este, de punho e presença, veio assinar um ato histórico na presença de todos que ali quiseram estar.

Realmente, só temos que parabenizar, mas sem dar eloquência a ninguém especificamente. Todos mereceram os seus aplausos e, com certeza, com o Presidente da República não foi diferente. Mas o Governador Arruda fez o seu papel, cumpriu aquilo que tinha prometido e a categoria, hoje, está em festa com o plano de cargos e salários. Tenho certeza de que V.Exa., que é um apaixonado pela corporação do Corpo de Bombeiros e um defensor da Polícia Militar, ficou exaltado e feliz com a conquista dessa categoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – É verdade, Deputado Aylton Gomes.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, boa-tarde a todos. O que me traz a esta tribuna é fazer uma pequena explanação da audiência pública realizada aqui, ontem, na parte da manhã, sobre aquele projeto do tabagismo.

Foi uma audiência pública, Sr. Presidente, bastante proveitosa, em que ambas as partes tiveram oportunidade de demonstrar suas opiniões e seus pontos de vista. Foram colocadas algumas dúvidas em relação ao porquê deste projeto ter voltado à pauta, pois ele foi apresentado pelo Deputado Alírio Neto e aprovado nesta Casa com maioria dos votos. Agora, menos de sete meses – pois ele foi sancionado em fevereiro de 2009 –, voltou-se novamente à discussão sobre o mesmo projeto apresentado pelo Deputado Dr. Charles. Então, eu queria dizer que a audiência pública foi muito proveitosa. Estavam presentes pessoas de ambas as partes ligadas a este processo. Eu confesso que fiquei um pouco assustado com as pessoas que são contra a emenda que permite fumar em local fechado que impossibilita que a fumaça do fumante chegue a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	31

outro ponto do estabelecimento. Quiseram misturar as coisas defendendo que a fumaça de quem está fumando aqui atrapalha o outro lá. Não é essa a emenda. A emenda diz que o fumante deve estar em um local 100% fechado e com exaustores, para que ninguém seja contaminado com a fumaça, ou que fique preocupado com o fumo ou o vício dos outros.

Resta lembrar, Deputada Eurides Brito, que este projeto tornou-se a Lei nº 4.307, em fevereiro de 2009. Fica difícil, agora, querermos votar o mesmo projeto contra uma lei que foi aprovada com 18 votos, e com a presença de todos os Deputados. É reverter toda uma situação. Como ficará a nossa imagem? Todos falam que votamos leis inconstitucionais. Eu como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça não posso permitir que mais uma lei inconstitucional seja suscitada, principalmente porque a maioria dos Deputados desta Casa não se deram ao luxo de saber o problema que está sendo discutido. Infelizmente, eu tenho que falar: ninguém aqui está sabendo do problema que está sendo questionado! Nós estamos aqui fazendo um discurso, ninguém presta atenção, ninguém dá o devido valor ao colega que está nesta tribuna falando. E na hora de votar, vota-se por opinião própria. Eu acho que o momento não é de ninguém votar por opinião própria. O momento é de respondermos à comunidade como é que aprovamos uma lei em fevereiro de 2009 e agora o Deputado Dr. Charles quer fazer uma nova lei contra tudo aquilo que já foi aprovado nesta Casa. Eu gostaria que todos os Parlamentares lessem a lei que foi aprovada aqui e não deixassem imperar o radicalismo, porque foi de extremo radicalismo as questões colocadas por parte das pessoas que são contra o tabagismo.

Quero que fique bem claro que eu não fumo e sou contra o tabagismo! Mas eu não posso aceitar, em hipótese nenhuma, que situações duvidosas e mentirosas façam desvirtuar uma emenda que foi feita para beneficiar toda a comunidade, e não a mim, principalmente a mim, que não fumo e sou contra o tabagismo. Daí a discriminarem, a dizerem que no Canadá a pessoa sai de dentro de um restaurante, Deputado Paulo Tadeu, para fumar num clima de 8°C abaixo de zero, como se isso fosse algo louvável... Para mim isso é uma pouca vergonha. Nós temos é que proteger o nosso povo. Então, a pessoa que fuma... Está aqui o meu amigo Deputado Geraldo Naves, que é fumante. Você teria de sair de dentro de um restaurante e ficar debaixo de neve para poder fumar um cigarro? Por que não haver um local fechado onde os fumantes possam ficar sem prejudicar ninguém dentro do restaurante? Esta é a emenda, esta é a discussão: haver um local fechado para os fumantes não prejudicarem ninguém.

Todo mundo se apega ao Estado de São Paulo. "São Paulo aprovou". E daí que São Paulo aprovou? Está sendo questionada a constitucionalidade. Se formos na mesma água do Estado de São Paulo, amanhã seremos criticados, mais uma vez, por aprovarmos mais um projeto inconstitucional? Está aqui o resto do Brasil. Está aqui o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	32

mapa. Somente o Estado de São Paulo aprovou! Quer dizer que o Serra que é o dono da rapadura? Ele fez certo? Eu entendo que não. Eu entendo que ele fez a maior besteira da vida dele. E será aprovada agora a inconstitucionalidade.

Então, para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao nosso ilustre amigo Deputado Dr. Charles que, em nome da votação feita nesta Casa, em fevereiro de 2009, retire esta discussão da pauta e a leve primeiro a um debate interno nesta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Só quero lembrar ao Deputado que, no art. 7º da proposta, está sendo revogada a Lei nº 4.307 e as demais disposições em contrário.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que iniciássemos a votação pelo item nº 1 da pauta. Eu gostaria de aproveitar para chamar os Srs. Parlamentares que venham dos gabinetes para o plenário, da sala do cafezinho para o plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em virtude de uma sessão solene em homenagem ao transportador escolar, solicito a V.Exa. que chame o item nº 51 da pauta, que necessita de maioria simples para ser apreciado. E nós não temos 16 votos para apreciar...

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Após a votação dos itens nºs 1 e 2, acatarei a solicitação de V.Exa.

Esta Presidência convoca todos os Deputados e convida toda a comunidade para amanhã estarmos juntos na sessão que será realizada no Riacho Fundo II, no projeto A Câmara mais perto de você, que se iniciará às 15h, no Quadradão Cultural, na QN11, próximo à Administração Regional.

Eu quero aqui, oportunamente, fazer um comentário sobre uma reportagem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	33

que saiu hoje no *Correio Braziliense* que dizia: "A Câmara que afasta os cidadãos".

A câmara de vereadores de Coroaci, Minas Gerais, Deputado Wilson Lima, restringe o acesso do povo às sessões. Lá, para assistir a uma sessão, o interessado deve se inscrever até o dia 28 de cada mês, apresentando carteira de identidade, CPF e preenchendo um formulário. E só podem entrar 60 pessoas de cada vez. Se alguma pessoa se manifestar durante as sessões, que são gravadas, fica censurada e proibida de entrar na Câmara de Vereadores. A decisão é do Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Coroaci, em Minas Gerais.

Então, esta Presidência manifesta o repúdio a essas ações absolutamente contrárias à democracia no Brasil. No momento em que queremos aproximar a Câmara da população, exemplos como esse de Coroaci, certamente, vem na contramão de tudo aquilo que esta Casa, este Poder Legislativo, vem fazendo.

São necessários 16 votos para a aprovação do projeto, que exige *quorum* qualificado.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	34



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA – 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES	X		
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS – PP	X		
BENÍCIO TAVARES – PMDB	X		
BISPO RENATO – PR	X		
BRUNELLI – PSC		X	
CABO PATRICIO – PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X		
CHICO LEITE – PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X		
DOUTOR CHARLES – PTB		X	
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
GERALDO NAVES – DEM	X		
JAQUELINE RORIZ – PMN		X	
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO TADEU – PT	X		
RAAD MASSOUSH – DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE – PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X		
RÔNEY NEMER – PMDB		X	
WILSON LIMA – PR	X		
LEONARDO PRUDENTE – DEM	X		
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>04</b>	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	35

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Nós não temos ainda *quorum* qualificado para a votação do item nº 1.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de solicitar a votação, de extrema rapidez, do Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2009, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Exmo. Sr. Mahmoud Zeidan Abbas". Esse projeto concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Presidente da Palestina, que estará no Brasil depois de amanhã e será homenageado pelo Presidente Lula. Trata-se de um projeto de minha autoria, juntamente com o Deputado Paulo Tadeu e de quem mais quiser participar conosco. Por isso, eu gostaria que, se possível, fosse feita a votação desse projeto ainda hoje, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Qual é o item?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – É o Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2009, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e inclui na Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2009.

Deputada Eurides Brito, consulto V.Exa. se temos *quorum* para apreciação do item nº 1.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, está descendo o Deputado Rôney Nemer, que é o último Deputado que falta para o *quorum*. Por isso, eu solicito ao Deputado Rôney Nemer, que está no gabinete, que se dirija ao plenário para votarmos esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Deputado Dr. Charles já chegou?

DEPUTADA EURIDES BRITO – O Deputado Dr. Charles já está na Casa há muito tempo. Esteve aqui no plenário e subiu ao gabinete, ou seja, está na Casa. Ele foi a Taguatinga, mas já voltou.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	36

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Nós estamos aguardando um dos dois Deputados, e consulto V.Exa. se há algum projeto de autoria do Governo que não exija *quorum* qualificado, Deputada.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que façamos, então, a votação do item nº 19, o Projeto de Lei nº 1.341, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a cessão de uso de imóvel do Distrito Federal para a Guarda Nacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Recebo a informação de que esse projeto não está à disposição da Assessoria de Plenário.

Deputado Batista das Cooperativas, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, solicito a V.Exa. que solicite da Comissão a proposição. Aliás, temos a informação de que está no gabinete do Deputado Cabo Patrício, que é o Relator do item nº 19.

Eu quero pedir também o item nº 18, o Projeto de Lei nº 1.113 – a informação que temos é que está no gabinete do Deputado Benedito Domingos, Relator pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; o item nº 19, que é o Projeto de Lei nº 1.341, cujo Relator é o Deputado Cabo Patrício, e temos a informação de que se encontra com S.Exa.; e o item nº 24, que é o Projeto de Lei nº 1.305, que também se encontra com o Deputado Cabo Patrício, que é o Relator. Peço à assessoria do Deputado Cabo Patrício que possa...

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento. Parece-me que os projetos em segundo turno têm que ser apreciados com prioridade, pelo Regimento. Nós temos uma Ordem do Dia que possui alguns projetos em segundo turno. Nós não temos nenhuma divergência acerca do item nº 19. Em relação a outros itens, em alguns temos divergência, em outros não. Parece-me que – esclareça-me se eu estiver equivocada – a Ordem do Dia possui uma lógica regimental. A pauta está desobstruída, então podemos apreciar a Ordem do Dia, mas há uma lógica. Nessa lógica, a apreciação dos projetos em segundo turno é prioritária; portanto, se iremos apreciar outros itens sem apreciar os projetos em segundo turno – é uma hipótese –, há que se consultar o Colégio de Líderes para que se saiba se há acordo.

Sr. Presidente, o art. 114 fala das prioridades: vetos, redações finais, votações em segundo turno ou em turno único. É por isso que a pauta tem uma lógica quando é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	37

organizada.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – No caso do voto, este tranca a pauta. Nas demais questões, Deputada Erika Kokay, pelo art. 42, que define as atribuições da Presidência quanto às sessões da Câmara, a Presidência pode decidir a inversão dos itens de discussão durante a votação da Ordem do Dia. Embora eu entenda que a preferência é seguirmos as questões inerentes à redação final, segundo turno...; é possível, sim, a inversão de pauta, desde que ela não esteja obstruída pelos vetos, Deputada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, vamos tentar esclarecer. Creio que temos o seguinte: não temos dificuldade nenhuma em votar o primeiro item, por exemplo. Entretanto, em relação aos demais itens, creio eu que, quando se diz que é possível inverter a pauta, é possível inverter a pauta em matérias que tenham o mesmo peso e a mesma prioridade, não em matérias em que há prioridades diferenciadas, senão não teríamos dois artigos colidentes.

Mas eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que, com a pauta desobstruída e com relação ao primeiro item, que diz respeito...

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, essa é uma interpretação de V.Exa., mas, com a chegada do Deputado Dr. Charles, já podemos votar o item nº1 da Ordem do Dia.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Nós já poderíamos votar antes o item nº 1, Sr. Presidente, porque temos 16 votos favoráveis a ele. E já os tínhamos antes do Deputado Dr. Charles. Até porque, Sr. Presidente – perdoe-me se porventura eu vier a ofendê-lo, não é a minha intenção –, eu acho que V. Exa. não pode dizer que agora já temos condições de apreciar o projeto em 2º turno, porque já havia 16 Deputados. Não podemos ter juízo de valor. Temos condições de apreciá-lo porque temos votos para aprová-lo. É diferente. Está certo? A Presidência da Casa não pode dizer que já tem condições de apreciar o item porque, na sua posição, já há votos suficientes para que o projeto seja considerado aprovado.

Sendo assim, Sr. Presidente, não temos nenhum óbice e nenhuma divergência com relação ao item nº 1 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 35, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “revoga o inciso III do art. 329 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	38

Em discussão. (Pausa.)

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V. Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a bancada do Governo votará "sim" para a alteração proposta pelo Governo na PELO nº 35, de 2009, que facilitará a vida, portanto, daqueles que receberão os seus títulos de propriedade, ficando livres para empréstimos, para melhorar as suas moradias, etc. Eles serão verdadeiros proprietários. O encaminhamento da bancada é pelo "sim", Sr. Presidente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa. Deputada, eu gostaria de pedir a sua compreensão para fazer apenas o encaminhamento de voto para orientação de bancada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós nunca tivemos divergência acerca desse projeto. A bancada discutiu a possibilidade de efetivar uma emenda na perspectiva de que não houvesse um recrudescimento da especulação imobiliária que, aliás, ameaça esta cidade e os seus habitantes, neste momento, a partir do Governo do Distrito Federal. Discutimos, inclusive, a possibilidade de elaborarmos uma emenda que impedissem a venda por cinco anos; obviamente que não seria retroativa. Aqueles que já tivessem o direito, que já tivessem com a sua habitação...

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada, vou permitir sua fundamentação na declaração de voto. Neste momento, apenas para orientar a bancada...

DEPUTADA ERIKA KOKAY – É isso que estou fazendo, Sr. Presidente. Estou informando nossa bancada. Portanto, discutimos a possibilidade desta emenda, que inclusive foi anunciada em alguns órgãos da imprensa, e achamos por bem que esta emenda, de possibilitar a venda apenas após cinco anos, acabaria penalizando as pessoas de boa fé. Então, é nesse sentido que oriento a bancada, e informo ao mesmo tempo, que vamos votar "sim" e não iremos apresentar a emenda prevista.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	39

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	40



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 17/11/2009

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 EMENDAS AP. N°S \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. N°S \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N°(S) 35/09  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI N°(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO N°(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO N° (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO N° (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES		X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT					X
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN					X
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUEH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	19	01		09	

\*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. <u>WILSON LIMA</u> CONSOLIDADO POR _____		ASSP/ N° _____ / _____
ASSINATURA	MAT.	FOLHA N° _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	41

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis, 1 voto contrário e 4 abstenções.

Está aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 35, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “revoga o inciso III do art. 329 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 35 vai à promulgação.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu votei contrariamente a esse projeto, assim como também o fiz em primeiro turno, não por ser contra que se dê a escritura imediatamente, mas por se permitir que uma pessoa que recebeu algo do Governo, no caso um lote, no dia seguinte ao receber esse lote, já possa vendê-lo para outra pessoa. Isso pode gerar um comércio de lotes, e isso não me parece correto. Eu acredito que a grande revolução que iremos ter neste país será o dia em que as pessoas entenderem que algo que é do Governo, que as pessoas acham que não é de ninguém, na realidade é de todos. Não é correto que a pessoa receba um lote e no dia seguinte já possa aliená-lo, já possa vendê-lo para outra pessoa. Isso não é correto. Aquele lote é de todos. É da sociedade inteira. Aliás, eu acho que não se deveria nem dar esses lotes. Eles deveriam ser vendidos a longo prazo, por muito tempo, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	42

financiados. A pessoa iria pagando pouco, mas pagando, para dar valor ao seu bem. Eu não sou contra que se dê a escritura, entendam, que se faça um projeto social. O que eu sou contra é permitir que uma pessoa que receba, porque está necessitando, algo do Governo, que receba um lugar para morar porque está em necessidade, possa, no dia seguinte, vender esse lugar de morar para outra pessoa e auferir um lucro em cima de algo que na realidade é do Governo, é de todos. Então, por ser contra que a pessoa que receba esse lote possa vendê-lo no dia seguinte para outra, eu votei contrário.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que há uma incompreensão. Se a pessoa precisa vender a sua própria moradia, sabendo que não terá direito a outra, o que nós achamos que é equivocado é a pessoa participar de um programa de interesse social e em seguida ter direito a participar de outro. Isso é vedado, isso ela não pode fazer. Inclusive, essa proibição é assegurada por legislação. Mas eu acho que, se a pessoa tem o seu lugar para morar, que nunca teve, e tem de vendê-lo porque está necessitada, essa pessoa não pode ser penalizada por isso. Ela já está sendo penalizada por uma sociedade injusta, por uma loteria biológica que coloca dois terços da humanidade em famílias abaixo da linha da pobreza. Nós entendemos que este país é desigual, e que o Estado tem que possibilitar o mínimo de igualdade ou, então, não vamos compreender o que precisa ser construído para que tenhamos uma sociedade de direitos iguais. Nós tínhamos uma única dúvida acerca desse projeto, que é a perspectiva da especulação. Por que a pessoa que ganha um lote não poderia, para sobreviver, vendê-lo e não ter mais direito a nenhuma política pública? Por quê? O que ela não pode é participar de outro programa e ser beneficiada outra vez. Porque se vamos falar do Governo, que é público, eu vou dizer que não é tão público. Porque se fosse público não teríamos tantas pessoas sem saúde, sem educação e sem moradia. A sociedade é desigual. Cabe ao Governo considerar os desiguais para que eles possam atingir patamares de dignidade humana. A única coisa que nos colocou em dúvida foi sobre a especulação de uma pessoa necessitada, que estaria vendendo, e uma outra pessoa lucraria com isso. Analisamos com diversos técnicos de todos os segmentos e com os movimentos sociais a possibilidade de construirmos uma emenda que impedisse isso. Não conseguimos encontrá-la. O que pensamos foi na proibição da venda por cinco anos. Na verdade, isso não proibiria a venda, porque ela é feita com os chamados contratos de gaveta, de forma obscura, porque não se repassa a cadeia dominial.

Por isso, Sr. Presidente, votamos a favor. Foi por isso que não apresentamos nenhuma emenda. Não vamos dizer que as pessoas, por não terem uma escritura de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	43

algo que é delas, tenham de ser mais penalizadas do que já foram por uma sociedade desigual.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta de hoje do Requerimento nº 1.903, que "requer a realização de uma audiência pública para discutir a proposta de construção dos estacionamentos subterrâneos nas quadras comerciais".

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Raimundo Ribeiro, acato a solicitação de V.Exa. e incluo na Ordem do Dia o Requerimento nº 1.903, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.

Após a votação do item nº2, apreciaremos, conforme foi acatado, o projeto de decreto legislativo de autoria do Deputado Raad Massouh.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 26, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".

Há uma emenda à Proposta de Emenda à Lei Orgânica, de autoria de vários Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão Especial sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão Especial à Emenda Modificativa nº 1, de 2º Turno, apresentada à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 26, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".

O artigo 1º da proposição em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º – O art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar com a seguinte redação: 'O Poder Público instituirá e manterá a Fundação de Apoio à Pesquisa – FAPDF, atribuindo-lhe dotação mínima' – portanto, não exclusiva – 'de 0,5% da receita corrente líquida do Distrito Federal, que lhe será transferida mensalmente, em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	44

duodécimos, como renda de sua privativa administração, para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico."

Ao encaminhar pela aprovação da emenda, que conta com o apoio de vários Deputados, quero justificar que precisamos de pesquisas, precisamos valorizar pesquisadores locais, mas precisamos de bons projetos. Não somos concorrentes do CNPQ nem temos condições. Não somos concorrentes do FINEP nem temos condições. Não somos concorrentes da CAPES nem temos condições.

Era inexistente o catálogo. Havia um rol de pesquisas que têm sido feitas pela FAP desde a sua instalação. Ela pode se comportar com esse mínimo de 0,5% muito bem e aplicá-los muito bem em pesquisas que, de fato, possam mudar a vida do Distrito Federal.

A cautela que os Parlamentares utilizaram ao colocar "doação mínima" quer dizer que, com um bom projeto básico, este percentual pode ser aumentado.

Somos, portanto, pelo acatamento da emenda, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão Especial.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, trata-se de uma emenda à Lei Orgânica, do Poder Executivo, que reduz de 2% da receita orçamentária anual do Distrito Federal para 1% os recursos para o Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF. Esse percentual de 1% vai representar uma diminuição de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) nos recursos para o FAPDF para o próximo ano. A emenda que acabou de ser aprovada, a que somos contrários, reduz ainda mais, de 2% para 0,5%. Isso significa tratar com desprezo o desenvolvimento de pesquisas e o desenvolvimento tecnológico nesta cidade. Se há problemas de gestão com recursos do FAPDF – e creio que há problemas de gestão –, é preciso que se aprimore a gestão. É preciso que reforcemos o quadro de pessoal da FAPDF, inclusive com concursados, e que tenhamos uma equipe que possa analisar com mais rigor, com o rigor necessário que o recurso público exige, os projetos que são para lá encaminhados. A Deputada diz que os projetos que são bons ou que são bem analisados poderiam ter recursos além do 0,5%. Eu digo que isso aumenta muito o poder subjetivo do gestor, porque não temos a estrutura necessária para fazer a análise com rigor científico. Alguns falam que o problema está no Secretário, que há até envolvimentos com recursos do FAPDF que ganharam repercussão nacional. Eu digo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	45

que nunca defendemos extinguir qualquer órgão ou qualquer recurso necessários à sociedade por haver problemas de gestão. Até porque cabe ao Governador do Distrito Federal mudar o gestor, e não diminuir os recursos para o desenvolvimento tecnológico e científico nesta cidade. Precisamos ter uma inteligência em Brasília para estabelecer cadeias produtivas, vocações econômicas, diagnósticos sociais... Tudo isto pode ser feito com recursos do FAPDF. Se o problema é de gestão dos recursos, então, vamos aprimorar a gestão. O que está se fazendo sem a discussão com a comunidade científica, pois não houve discussão com quem faz ciência nesta cidade, eles ficaram ao largo desta discussão, é a redução dos recursos para o FAPDF em R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) com a proposta do Governo e a metade disso com a proposta apresentada na emenda da Deputada Eurides Brito.

Sr. Presidente, creio que se está cometendo um crime contra a comunidade científica e contra a população do Distrito Federal, que precisa de pesquisas, diagnósticos, desenvolvimento científico em todas as áreas para que todas e todos se sintam abrigados nesta cidade.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores é contra o parecer, é contra a emenda, é contra o projeto e vai fazer essa discussão largamente com a comunidade científica, que, parece-me, não está informada sobre a discussão dos recursos e financiamentos para sua atividade e para o povo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou votar contrário a esse projeto, assim como já fiz no primeiro turno, por considerar que ele reduz os recursos para a área de pesquisas científicas, para a área de pesquisas do Distrito Federal. Por considerar isso, votarei de forma contrária a este projeto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão Especial foi aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 4 votos contrários: Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Reguffe e Deputado Cabo Patrício.

A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer sobre a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	46

matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Modificativa nº 1 à Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 26, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “modifica o art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, o parecer é pelo acatamento da emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 4 votos contrários: Deputado Paulo Tadeu, Deputado Reguffe, Deputada Erika Kokay e Deputado Cabo Patrício.

Em discussão, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 26, de 2007.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje nós temos 2% da receita orçamentária anual do Distrito Federal em política de desenvolvimento científico e tecnológico. Desenvolvimento científico e tecnológico envolve todas as áreas: as áreas sociais, a área cultural, a área de Saúde, a área de educação. Enfim, diz respeito a todas as áreas. A proposta do Governo reduz para 1%, mas reduz mais do que apenas a metade, porque ela faz uma referência à receita corrente líquida anual, que é menor do que a receita orçamentária. Isso significa, como eu disse anteriormente, que nós vamos ter um prejuízo de 110 milhões. Com a proposta da Deputada Eurides Brito, de que nós estamos destacando essa emenda para apreciação *a posteriori*, a redução ainda é bem maior. Está se cometendo um crime contra a ciência e tecnologia nesta cidade. Um crime! Qualquer argumento que diga que nós não temos que ter receita para o desenvolvimento científico e tecnológico não se sustenta. Se há argumentos contra o gestor, contra o Secretário de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	47

Ciência e Tecnologia, que o Executivo mude o Secretário, porque mudar está no seu poder. Nós não temos pessoal em quantidade suficiente para que possamos ter uma boa apreciação dos projetos. Esta deficiência vai perpassar, vai continuar. Ela perpassa a aprovação do projeto e a redução do percentual. A comunidade científica não foi consultada. Nós temos experiências de vários locais do Brasil em que se faz pesquisas na área social, elabora-se diagnóstico e consegue-se elaborar políticas públicas de qualidade. Em nenhum local do mundo e em nenhum local deste país, conseguiu-se realmente ter uma política de desenvolvimento econômico-social sem contar com uma boa política e com recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico, porque é com desenvolvimento científico e tecnológico que nós construímos, inclusive, diagnósticos necessários para que tenhamos políticas públicas que possam eliminar a desigualdade social nesta cidade. Aliás, Brasília é a cidade mais desigual de todo o País. Por isso, Sr. Presidente, nós não temos como votar favoravelmente a esta proposta. Acho que não vamos ser cúmplices de um crime que está sendo cometido contra esta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	48



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

REDAÇÃO FINAL EM 17/11/2009

PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 EMENDAS AP. N°S \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. N°S \_\_\_\_\_

CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N°(S) 26/07

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI N°(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO N°(S) \_\_\_\_\_

RECURSO N° (S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO N° (S) \_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a):  Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES		X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC				X	
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT		X			
	RAAD MASSOUSH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	<b>TOTAL</b>	---	16	4		4	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. <u>WILSON LIMA</u>	ASSP/ N° _____ / _____
CONSOLIDADO POR	MAT. _____
ASSINATURA	FOLHA N° _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	49

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 4 votos contrários. Houve 4 ausências.

Está aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final da Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 26, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o art. 195 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

A proposta vai à promulgação.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu peço preferência aos itens nºs 18, 19 e 20 da pauta. O item nº 18 trata de isenção de IPVA para carros diplomáticos. É uma questão que o Ministério das Relações Exteriores vem nos pedindo há bastante tempo. Trata-se do Princípio da Reciprocidade. As embaixadas brasileiras no exterior recebem a isenção e nós aqui cobramos das embaixadas. Isso é princípio da nossa diplomacia – Princípio da Reciprocidade; o item nº 19 refere-se ao Projeto de Lei nº 1.341, que trata da cessão de imóvel no Gama para a Força Nacional aqui se estabelecer; e o item nº 20 trata de um empréstimo do BIRD de 35 milhões de dólares. Já foram enviados muitos memorandos às comissões, solicitando essa apreciação, mas, por falta de *quorum*, elas não puderam analisar esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	50

projeto. Não podemos mais retardar essa análise.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Houve um acordo para votarmos o Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de autoria dos Deputados Raad Massouh e Paulo Tadeu, o Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de autoria do Deputado Dr. Charles, o Requerimento nº 1.903 e as moções. Passemos à apreciação dos projetos de decreto legislativo.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2009, de autoria dos Deputados Raad Massouh e Paulo Tadeu, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Mahmoud Zeidan Abbas".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2009, de autoria do Deputado Dr. Charles, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Manoel Tavares Santos".

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as matérias.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 442, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Mahmoud Zeidan Abbas", e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 433, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Manoel Tavares Santos".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, nós analisamos minuciosamente as proposições, que estão dentro da legalidade. A responsabilidade, claro, é de cada Deputado que está fazendo essa indicação. Não há nenhum óbice da parte da Comissão de Assuntos Sociais em aprovar os projetos.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	51

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as matérias.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 442, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Mahmoud Zeidan Abbas”, e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 433, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Manoel Tavares Santos”.

Seguindo o encaminhamento da Comissão de Assuntos Sociais, nós somos pela admissibilidade dos projetos, uma vez que eles estão dentro da legalidade e boa técnica legislativa e redacional. Então, no âmbito da CCJ, somos pela sua aprovação dos projetos.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em turno único, os projetos de decreto legislativo.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou votar contrariamente aos projetos, como tenho feito nessa questão de títulos de Cidadão Honorário concedidos por esta Casa desde que cheguei no início de 2007. Eu sou contra a concessão, por esta Casa, de títulos de Cidadão Honorário porque penso que isso em nada melhora a vida da população e ainda consome dinheiro público. Por este motivo, eu quero registrar o meu voto contrário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	52

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – (Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não se trata de moção. Estamos votando os projetos de decreto legislativo. Um dos projetos, de autoria do Deputado Dr. Charles, concede título de Cidadão Honorário ao Sr. Manoel Tavares Santos; o outro, de autoria dos Deputados Raad Massouh e Paulo Tadeu, concede título de Cidadão Honorário ao Presidente da Palestina, Sr. Mahmoud Zeidan Abbas.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada, é sobre o assunto?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sim, Sr. Presidente, é sobre o assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero votar favoravelmente ao projeto do Deputado Dr. Charles, apesar de não conhecer o cidadão. Por princípio, não voto títulos de Cidadão Honorário para presidências e autoridades estrangeiras. Eu não votei o anterior, que foi dado na semana passada, porque não vejo como enquadrá-los nas benfeitorias do Distrito Federal. No caso, eu voto contrariamente. Não votei no título dado ao Presidente Shimon Peres, não voto no da autoridade palestina, não votarei no do Irã, não voto no do Presidente Barack Obama, se quiserem dar-lhe o título quando vier a Brasília. O Lula é Presidente do Brasil, é diferente. A minha questão não é de nacionalidade, é uma questão de princípio. Para presidente de estado ou de país, eu só voto a favor para o Presidente do Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Nós já havíamos terminado. Nós falhamos ao não conceder a palavra à Deputada Eurides Brito. Estamos em processo de votação. Se o Deputado quiser, depois pode fazer declaração de voto.

Há uma divergência em relação à concessão dos dois títulos. Nós vamos discutir, em turno único, separadamente por título.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	53

Então, vou anular esse processo de votação conjunta. No que diz respeito aos pareceres, que já foram proferidos, vamos ratificá-los.

Procederemos à chamada do primeiro projeto de decreto legislativo.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto Decreto Legislativo nº 433, de 2009, de autoria do Deputado Dr. Charles, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Manoel Tavares Santos".

Em discussão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto Decreto Legislativo nº 433, de 2009, de autoria do Deputado Dr. Charles, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Manoel Tavares Santos".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	54

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2009, de autoria dos Deputados Raad Massouh e Paulo Tadeu, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Sr. Mahmoud Zeidan Abbas".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 4 votos contrários.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves para declaração de voto.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer das palavras da Deputada Eurides Brito minhas palavras. Na semana passada, deram título de Cidadão Honorário para Shimon Peres, de autoria de vários Deputados. Tudo bem. Mas, agora, estão chegando outras autoridades. Acho que temos de dar título de Cidadão Honorário para as pessoas daqui, pessoas que realmente fazem alguma coisa por Brasília, e não perder tempo com solenidade para agradar gente de fora, que não tem nada a ver com o Distrito Federal. Absolutamente nada! Não vão somar em nada, não vão contribuir em nada! Tantas pessoas merecem, tantas estão aí fazendo caridade, trabalhando à noite, entregando sopa. Tantas crianças estão passando dificuldades, e nós aqui, concedendo título de Cidadão Honorário para Presidente da Palestina!

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece-me que os nobres Deputados estão tendo uma incompreensão desse processo. É importante dizer que a pessoa que pretendemos agraciar com esse título representa um país... Aqui no Distrito Federal, para quem não sabe, há uma comunidade de palestinos que desenvolve suas atividades, que tem raízes nesta cidade, que tem vinculação, inclusive, importante com o nosso país, com a nossa cultura, assim como os judeus, a quem V.Exa. entregou esse mesmo título na semana passada. O que estamos fazendo não é uma homenagem à pessoa, mas à obra e ao povo, que tem uma participação fundamental na história desta cidade.

É importante dizer isso para não distorcerem uma justa homenagem que estamos querendo fazer a um representante de uma nação, de um povo, como V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	55

fez alguns dias atrás. É isto o que queremos mostrar com esse título: o reconhecimento desta Casa ao povo palestino, que ajudou o Distrito Federal. Por isso essa homenagem ao seu Líder, que estará no Brasil na próxima semana. Esperamos fazer uma homenagem como a que foi feita ao presidente israelense.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para fazer um adendo à minha declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Geraldo Naves, não há amparo regimental para adendo à declaração de voto.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES – (Fala retirada das notas taquigráficas a pedido do Presidente, Deputado Leonardo Prudente, por não se tratar de declaração de voto e não ter amparo regimental para ser um adendo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, discordo de quem diz que chefes de outras comunidades ou chefes de estado de outros países não dizem respeito ou não têm relação conosco. Têm, sim. Acho que o povo palestino, representado pelo seu Chefe de Estado, legitimamente eleito, tem influência e merece o reconhecimento de todos os países, de todas as cidades do mundo. Brasília faz justiça porque representa a luta de um povo refugiado e exilado no seu próprio chão, representa a luta de um povo vítima de toda sorte de massacres, representa a defesa das suas crianças muitas vezes assassinadas no próprio ventre da mãe, nos massacres históricos, que mancham a história da humanidade. Portanto, Sr. Presidente, digo que votei favoravelmente à concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Chefe de Estado Palestino porque acho que o Estado Palestino tem sua pátria de fato, não cindida, não esquartejada. Esse povo ter sua pátria e seu lugar, do qual está sendo expulso, diz respeito a cada uma e a cada um de nós. Os direitos humanos, e eu encerro com isto, são universais. O que acontece com o povo palestino diz respeito a cada uma e a cada um de nós. Homenagear esse povo por meio do seu Chefe de Estado é homenagear a luta pelos direitos, a luta pela soberania, a luta pela autodeterminação dos povos. Era apenas essa a minha declaração, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito para declaração de voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	56

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tenho o maior respeito pela figura do Sr. Abbas. Acho-o um pacificador e tenho pena de ver que a sua própria região, a Palestina, esteja dividida em dois grandes grupos políticos, que brigam pelo poder, e que o HAMAS não o reconhece como autoridade. Ele está hoje como um chefe do FATAH, mas não é por isso, não. Ele é um grande pacificador. Se fosse uma coleta universal de assinaturas para pedir que tentasse a reeleição, eu assinaria, mas não sou a favor da concessão do título de Cidadão Honorário por princípios. Não o fiz com o do Estado de Israel, não o faço com o da Palestina nem com o presidente Barack Obama, quando vier, se alguém quiser conceder a ele. Não o faço com nenhum porque acho que nós, inclusive, começamos a nos meter nessas lutas interstícias internacionais, o que não constrói, realmente. Então, eu o cumprimento, quero que ele tenha uma boa estada no Brasil, respeito-o como pacificador, mas digo, como direi a outros, não ao título de Cidadão Honorário de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeito, Deputada Eurides Brito.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Wilson Lima, vou passar a Presidência a V.Exa., porque também quero dar a minha declaração de voto.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente para declaração de voto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer ao Plenário, ao Deputado Raad Massouh, autor do título, e ao Deputado Paulo Tadeu que eu não teria nenhuma dificuldade em votar favoravelmente à concessão do título de Cidadão Honorário de Brasília ao Presidente da Palestina, até porque tenho profundo respeito pelo povo palestino. Só votei contrariamente porque recebi informações de que ele não passaria por Brasília. Portanto, não faz sentido conceder um título a um presidente que não vem a Brasília. O Presidente Shimon Peres, diferentemente, veio a Brasília com a delegação de empresários que fizeram convênios para intercâmbio cultural e tecnológico para investimentos no Distrito Federal, trazendo, portanto, sua contribuição. Eu só não votei favoravelmente porque tive a informação de que o Presidente Abbas não viria a Brasília. Se ele viesse a Brasília, eu votaria favoravelmente. Esse foi o motivo pelo qual eu votei contrariamente ao Projeto de Decreto Legislativo.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	57

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2009, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Mahmoud Zeidan Abbas".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inclua na pauta o Projeto de Lei nº 1.447. É um projeto de crédito suplementar que contempla emendas de vários Deputados. Este projeto já está aqui há bastante tempo e parece que há acordo com a Líder do Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu acato a solicitação de V.Exa. Após a votação dos requerimentos e das moções, estaremos prontos para votar o crédito.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 211 – Suplemento, de 20/11/2009, juntamente com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	58

ata sucinta da 105ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inclua o requerimento de autoria do Deputado Rôney Nemer na pauta do dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu incluo na Ordem do Dia o requerimento de autoria do Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria saber se o que eu vou falar aqui agora ficará registrado?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputado.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Porque, se V.Exa. mandar retirar das notas taquigráficas, fica sem graça.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu só peço a compreensão de V.Exa., Deputado Geraldo Naves, para não criar um precedente de adendo à declaração de voto. Apenas peço a compreensão de V.Exa., que pode usar a palavra.

DEPUTADO GERALDO NAVES – V.Exa., mesmo com a boca anestesiada no dia de hoje, mantém o seu senso de Presidente. Eu tenho uma preocupação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Pois não, Deputado.

DEPUTADO GERALDO NAVES – V.Exa. vem lutando tanto pela imagem desta Casa. Não quero que amanhã sejamos vítimas de chacotas. Amanhã pode vir aqui alguém para dizer que o povo da Venezuela é um povo trabalhador, que tem uma comunidade aqui fantástica e por isso vamos dar o Prêmio de Cidadão Honorário de Brasília a Hugo Chaves. A Colômbia é um país admirável, faz divisa com o Brasil, as FARCs está invadindo o Brasil. Vamos premiar as FARCs com uma menção honrosa. Aqueles que estão no Brasil aqui, a exemplo do Deputado Raad Massouh, que tem uma história de vida, chegou aqui com um ano, hoje é um Deputado distrital; são pessoas que realmente fazem um trabalho por Brasília. Então, temos que olhar o lado de Brasília, do Distrito Federal e do Entorno do Distrito Federal. Esse é o meu pensamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	59

Então, o fato de ser o Presidente da Palestina, o Presidente da Venezuela, para mim não faz diferença. É presidente de outro país. Nós temos que homenagear aqui com o título de Cidadão Honorário pessoas que trabalham pelo Distrito Federal. Essa é minha opinião.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. Está registrada a fala de V.Exa.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 502, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 503, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 504, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 505, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.883, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses e outros, que "requer a realização de audiência pública no plenário desta casa, no dia 19 de novembro de 2009, às 10h, para discutir os termos do Projeto de Lei nº 1.457, de 2009, que 'dispõe sobre a construção, o funcionamento, a utilização, a administração, a execução e a fiscalização dos serviços de cemitério e dos serviços funerários no Distrito Federal'".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.903, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "requer a realização de audiência pública, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	60

realizar-se no dia 24 de novembro de 2009, no Auditório desta Câmara Legislativa, para discussão da proposta da construção dos estacionamentos subterrâneos nas quadras comerciais".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.906, de 2009, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "requer a realização de audiência pública no dia 4 de dezembro do corrente ano, na Chácara das Paineiras nº 05 – Sítio das Oliveiras no Altiplano Leste, para debater a 'A Poligonal do Altiplano Leste da Cidade do Paranoá - DF'".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos e as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos e as moções estão aprovados em turno único com a presença de 14 Deputados.

As matérias seguem a tramitação regimental.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu falei aqui hoje, mas eu queria só reafirmar que no próximo dia 20, na sexta-feira, além do Dia da Consciência Negra, que nos lembra a imortalidade do Zumbi dos Palmares, também é o Dia Mundial de Oração e Ação em Defesa das Nossas Crianças, organizado pela Rede Mundial de Igrejas. Nós tivemos hoje a presença do Prêmio Nobel da Paz e de representantes de todas as igrejas, da Zilda Arns, que é coordenadora da Pastoral da Criança, de bispos, de pastores, de budistas, de rabinos... Será um dos momentos mais bonitos, ecumênicos, hoje no Senado Federal. Ontem, foi realizada uma vigília no CAJE em defesa das crianças. Dia Mundial de Oração e Ação.

Eu, Sr. Presidente, gostaria apenas de sugerir que aprovássemos amanhã uma moção, parabenizando a Rede Mundial de Igrejas e, ao mesmo tempo, o dia 20 de novembro, como o Dia Mundial de Oração e Ação em Defesa das Nossas Crianças.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato o encaminhamento de V.Exa. V.Exa. já apresentou a moção?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	61

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, Sr. Presidente. Eu o farei amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – V.Exa. poderá fazê-lo que eu a incluirei na Ordem do Dia. Faço um apelo ao Srs. Deputados que estejam presentes amanhã, pois temos projetos para serem votados na cidade do Riacho Fundo. Nós queremos que seja uma sessão normal, com votação de projetos constantes na Ordem do Dia.

Eu lembro, mais uma vez, que só procederemos à entrega das moções às pessoas indicadas pelos Deputados que estiverem presentes no plenário do Riacho Fundo, para que as pessoas que forem agraciadas não tenham o desconforto de receber a homenagem sem que o autor da homenagem esteja presente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, Sr. Presidente, eu apresentarei a moção amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.447, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 5.675.589,00 (cinco milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento".

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. retirasse da pauta o item nº 21, porque ele perdeu a sua qualidade em função da aprovação do item nº 2 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato a solicitação de V.Exa. Peço à Assessoria de Plenário que retire da Ordem do Dia o referido projeto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.447, de 2009, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 5.675.589,00 (cinco milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas ao vigente orçamento".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	62

Informamos que foram apresentadas emendas, das quais farei a leitura neste momento: Emenda Aditiva nº 1, de autoria da Mesa Diretora, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 2, de autoria da Mesa Diretora, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 3, de autoria do Deputado Wilson Lima, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 4, de autoria do Deputado Raad Massouh, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 5, de autoria do Deputado Wilson Lima, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 6, de autoria do Deputado Benício Tavares e do Deputado Cristiano Araújo, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 7, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 8, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 9, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 10, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 11, de autoria do Deputado Wilson Lima, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 12, de autoria do Deputado Benício Tavares, que foi acatada; Emenda nº 13, de autoria dos Deputado Leonardo Prudente e Deputado Cristiano Araújo, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 14, de autoria do Deputado Dr. Charles, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 15, de autoria do Deputado Leonardo Prudente e Deputado Cristiano Araújo, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 16, de autoria da Mesa Diretora, que foi acatada; Emenda Aditiva nº 17, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que foi acatada.

Portanto, foram apresentadas 17 emendas. Foram todas acatadas. Não existe nenhum óbice, somos pela aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permanecam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.447, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permanecam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2009	15h35min	105ª Sessão Ordinária	63

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência informa aos Parlamentares que o projeto foi aprovado com a inclusão de 17 emendas.

Item nº 51:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.496, de 2006, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “institui o dia do condutor de veículo de transporte escolar, no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência vai encerrar a presente sessão, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação do projeto que trata do crédito e do item nº 51, em segundo turno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h42min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 219-Suplemento, de 3/12/2009.